



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

30 de junho de 2022

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras	BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
	3. CONSOLIDAÇÃO	12
	4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
	5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS.....	13
	6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	22
	7. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS	36
	8. OUTROS CRÉDITOS	41
	9. OUTROS VALORES E BENS.....	42
	10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	42
	11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS	45
	12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	46
	13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	47
	14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS.....	48
	15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50
	16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	55
	17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	57
	18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66
	19. PARTES RELACIONADAS	68
	20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE.....	75
	21. GESTÃO DE RISCOS.....	77
	22. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	88
	23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	91
	24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES	91
	25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	92
	26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	92
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	108
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	109

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		216.820.522	221.755.252	247.991.548	242.932.784
DISPONIBILIDADES	4	139.306	433.135	139.753	434.479
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	52.658.114	91.027.118	56.665.790	94.864.308
Aplicações em moedas estrangeiras	4	1.693.332	309.918	1.693.332	309.918
Aplicações em operações compromissadas	4	50.964.782	90.717.200	54.972.458	94.554.390
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	114.421.717	75.105.896	113.053.692	74.674.100
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	4.174.911	4.013.544	1.521.472	1.485.068
Títulos públicos	6.1	106.231.698	70.899.870	106.267.448	70.940.967
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	3.636.074	9	3.698.944	71.189
Ações	6.1 e 6.6	-	-	1.080	571.696
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	45.698	149.587	296.404	388.904
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	5.157	43.022	335.571	423.786
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(26)	(214)	(2.956)	(3.335)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	328.205	78	328.205	78
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	-	-	607.524	795.747
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	17.724.061	18.200.452	36.727.522	37.075.654
Repasse interfinanceiros	5	17.816.708	18.308.175	36.905.698	37.257.412
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(92.647)	(107.723)	(178.176)	(181.758)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	26.370.948	25.418.317	33.305.885	28.895.879
Operações de crédito	5	27.721.991	27.241.828	34.693.811	30.775.492
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.351.043)	(1.823.511)	(1.387.926)	(1.879.613)
OUTROS CRÉDITOS		4.344.309	10.289.074	6.935.759	5.706.104
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	44.292	46.886
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(33.227)	(36.187)
Direitos recebíveis	5.9	1.649	1.648	1.283.909	966.242
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(1.035)	(1.031)	(1.282.892)	(964.174)
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	195.605	30.191	906.387	356.582
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		336.249	4.896.728	2.273.761	132.415
Devedores por depósito em garantia		94.808	90.671	106.690	98.919
Pagamentos a ressarcir		233.163	299.607	137.658	115.774
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	2.990.602	4.549.390	2.990.602	4.549.390
Diversos		493.268	421.870	508.579	440.257
OUTROS VALORES E BENS	9	1.162.067	1.281.260	1.163.147	1.282.260
Despesas antecipadas		1.160.907	1.280.073	1.160.988	1.280.074
Outros valores e bens		1.160	1.187	1.160	1.187
Ativos não financeiros mantidos para venda		-	-	999	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		542.693.761	552.447.469	485.669.334	494.245.653
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		428.631.454	433.502.524	483.587.333	482.203.729
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	32.472.783	38.918.447	87.573.441	85.795.675
Ações	6.1 e 6.6	6.576.460	7.126.933	58.331.621	50.940.167
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	4.620.521	4.410.706	4.620.521	4.410.706
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	640.229	701.705	1.854.089	1.968.220
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(3.899)	(4.321)	(10.257)	(10.990)
Títulos públicos	6.1	12.247.730	16.705.647	12.247.730	16.705.647
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	7.502.999	9.678.240	7.502.999	9.678.240
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	741.343	151.704	151.343	151.704
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	147.400	147.833	148.369	149.457
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.1 e 6.3	-	-	2.137.026	1.802.524
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	153.709.540	156.821.246	122.191.721	124.153.505
Repasse interfinanceiros	5	154.513.007	157.749.422	123.178.214	125.240.821
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(803.467)	(928.176)	(986.493)	(1.087.316)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	233.517.874	225.912.985	255.961.587	249.414.352
Operações de crédito	5	246.204.595	242.119.995	268.773.645	266.000.502
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(12.686.721)	(16.207.010)	(12.812.058)	(16.586.150)
OUTROS CRÉDITOS		8.929.969	11.848.558	17.859.296	22.838.909
Créditos tributários	15.2	7.853.283	10.195.395	14.710.732	18.923.879
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	494.970	598.295
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(371.319)	(461.761)
Direitos recebíveis	5.9	9.928	10.740	3.329.698	52.842
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(6.232)	(6.725)	(3.324.959)	(48.763)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	1.071.514	1.132.610	1.870.070	2.033.029
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	-	496.503	-	496.503
Incentivos fiscais		1.350	1.350	24.353	29.298
Devedores por depósitos em garantia		-	-	694.589	763.834
Cessão de direitos de capitalização		-	-	430.503	430.503
Diversos		126	18.685	659	21.250
OUTROS VALORES E BENS	9	1.288	1.288	1.288	1.288
Ativos não financeiros mantidos para venda		1.288	1.288	1.288	1.288
INVESTIMENTOS	7	113.958.280	118.838.282	1.977.974	11.935.261
Participações em controladas e coligadas	7.1 e 7.2	113.816.134	118.696.136	1.835.828	11.793.115
Participações em outras empresas	7.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		99.935	100.532	99.935	100.532
INTANGÍVEL		4.092	6.131	4.092	6.131
TOTAL DO ATIVO		759.514.283	774.202.721	733.660.882	737.178.437

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		125.032.899	131.493.715	84.228.884	81.164.400
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.368.676	1.011.356	1.368.676	1.011.356
Depósitos especiais - FAT	11.2	859.185	939.667	859.185	939.667
Depósitos interfinanceiros		508.935	71.158	508.935	71.158
Diversos		556	531	556	531
CAPTAÇÕES NO MERCADO		89.521.452	93.068.413	46.683.239	39.825.117
Obrigações por operações compromissadas	12	89.521.452	93.068.413	46.683.239	39.825.117
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS	14	1.385.693	1.423.552	1.385.693	1.423.552
Debêntures	14.1	272.482	369.870	272.482	369.870
Letras Financeiras	14.2	1.113.211	1.053.682	1.113.211	1.053.682
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	13.083.143	13.792.663	13.083.143	13.792.663
Empréstimos no país	10.1	433.388	445.660	433.388	445.660
Empréstimos no exterior - <i>Bonds</i>	10.1	120.957	129.930	120.957	129.930
Repasse no país		10.233.921	10.444.759	10.233.921	10.444.759
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	8.073.104	8.138.152	8.073.104	8.138.152
Fundo da Marinha Mercante	10.1	2.160.817	2.306.607	2.160.817	2.306.607
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.294.877	2.772.314	2.294.877	2.772.314
OUTRAS OBRIGAÇÕES		10.977.485	13.577.640	13.011.683	16.491.621
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	8.320.874	8.277.037	8.346.665	8.328.770
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	20.455	2.517.069	679.136	4.252.772
Outros impostos e contribuições		510.430	194.011	630.558	243.661
Provisões trabalhistas e cíveis	16	2.791	2.038	818.806	754.486
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	317.557	283.335	407.799	363.885
Vinculadas ao Tesouro Nacional		121	1.707	540	3.880
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	49.539	43.867	81.156	72.407
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	263.370	46.206	263.370	46.206
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2.1	387.919	377.490	651.329	422.439
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	-	96.942
Diversas	13.2	1.104.429	1.834.880	1.132.324	1.906.173
DÍVIDAS SUBORDINADAS		8.417.627	7.562.220	8.417.627	7.562.220
FAT constitucional	11.1	8.417.627	7.562.220	8.417.627	7.562.220
Outras dívidas subordinadas		8.417.627	7.562.220	8.417.627	7.562.220
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	278.823	1.057.871	278.823	1.057.871
Secretaria do Tesouro Nacional		278.823	1.057.871	278.823	1.057.871
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		505.153.357	515.711.982	520.103.971	529.017.013
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		5.234.498	5.701.597	5.234.498	5.701.597
Depósitos especiais - FAT	11.2	5.234.498	5.701.597	5.234.498	5.701.597
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	14	640.938	734.886	640.938	734.886
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	136.791.014	148.421.595	136.791.014	148.421.595
Empréstimos no país	10.1	2.131.938	2.387.290	2.131.938	2.387.290
Empréstimos no exterior - <i>Bonds</i>	10.1	8.292.741	8.877.833	8.292.741	8.877.833
Repasse no país		107.021.630	115.538.570	107.021.630	115.538.570
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	86.553.174	93.179.941	86.553.174	93.179.941
Fundo da Marinha Mercante	10.1	19.829.087	21.722.720	19.829.087	21.722.720
Outros		639.369	635.909	639.369	635.909
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	19.344.705	21.617.902	19.344.705	21.617.902
OUTRAS OBRIGAÇÕES		5.271.317	5.659.172	20.221.931	18.964.203
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	330.561	316.132	581.934	538.718
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	1.007.269	1.269.946	1.150.710	1.556.803
Provisões trabalhistas e cíveis	16	269.394	143.187	1.441.918	1.164.474
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	-	3.275	-	3.275
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	2.711.502	2.985.545	3.287.501	3.561.998
Impostos e contribuições diferidos	15.2	950.484	938.126	13.757.761	12.135.974
Diversas	13.2	2.107	2.961	2.107	2.961
DÍVIDAS SUBORDINADAS		348.483.831	333.151.713	348.483.831	333.151.713
FAT Constitucional	11.1	348.483.831	333.151.713	348.483.831	333.151.713
Outras dívidas subordinadas		311.105.619	290.433.757	311.608.543	291.008.526
Elegível a capital		37.378.212	42.717.956	36.875.288	42.143.187
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	8.731.759	22.038.976	8.731.759	22.038.976
Secretaria do Tesouro Nacional		8.731.759	22.038.976	8.731.759	22.038.976
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		-	4.043	-	4.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	129.328.027	126.997.024	129.328.027	126.997.024
Capital social		74.788.402	61.842.148	74.788.402	61.842.148
Capital		61.842.148	61.842.148	61.842.148	61.842.148
Aumento de capital		12.946.254	-	12.946.254	-
Reservas de lucros		14.190.603	44.745.760	14.190.603	44.745.760
Reserva legal		7.437.688	7.437.688	7.437.688	7.437.688
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		-	12.946.254	-	12.946.254
Reserva de equalização de dividendos		6.551.560	24.160.463	6.551.560	24.160.463
Ajustes de avaliação patrimonial		15.733.522	20.409.116	15.733.522	20.409.116
AAP de ativos próprios		15.396.245	17.983.021	15.396.245	17.983.021
AAP de ativos de coligadas e controladas		337.277	2.426.095	337.277	2.426.095
Lucros Acumulados		24.615.500	-	24.615.500	-
TOTAL DO PASSIVO		759.514.283	774.202.721	733.660.882	737.178.437

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES				Consolidado			
		Três meses findos		Seis meses findos		Três meses findos		Seis meses findos	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.794.994	7.638.761	29.540.978	21.730.559	26.262.136	8.639.984	34.668.497	23.281.011
Operações de crédito e repasses interfinanceiros									
. Moeda nacional		12.161.841	7.947.598	22.015.048	16.160.044	13.554.426	8.237.499	23.916.450	16.769.496
. Moeda estrangeira		3.689.060	(5.203.717)	(2.129.518)	(889.012)	3.822.777	(5.104.954)	(1.917.737)	(643.711)
Resultado com títulos e valores mobiliários		5.701.171	4.634.915	9.153.253	5.993.384	8.642.011	5.247.474	12.167.589	6.689.083
Rendas com administração de fundos e programas		242.922	259.965	502.195	466.143	242.922	259.965	502.195	466.143
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(12.836.129)	(1.874.697)	(17.579.674)	(12.065.633)	(14.675.623)	(1.402.360)	(17.892.941)	(11.200.237)
Captação no mercado - financiamentos e repasses									
. Moeda nacional		(14.511.035)	(7.770.823)	(25.821.875)	(14.775.549)	(12.846.003)	(7.384.451)	(22.874.376)	(14.158.182)
. Moeda estrangeira		(6.462.777)	9.031.719	3.790.762	1.722.017	(6.462.777)	9.031.719	3.790.762	1.722.017
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.3	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.10	5.355.934	517.891	5.360.974	793.880	1.845.519	612.179	2.104.854	1.044.313
Reversão (constituição) de provisão		4.583.015	(481.782)	3.281.436	(550.119)	1.063.712	(421.640)	16.410	(333.841)
Recuperação de créditos baixados		772.919	999.673	2.079.538	1.343.999	781.807	1.033.819	2.088.444	1.378.154
Resultado da carteira de câmbio		168.621	(58.048)	(71.632)	(17.989)	174.510	(66.371)	(76.278)	(20.393)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.11	8.958.865	5.764.064	11.961.304	9.664.926	11.586.513	7.237.624	16.775.556	12.080.774
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		4.289.748	2.176.316	15.959.544	9.663.076	3.884.588	1.254.304	17.604.433	11.397.177
Resultado com equivalência patrimonial	7.1 e 7.2.1	4.469.934	2.481.822	16.143.632	10.563.054	7.252	397.357	660.178	1.418.262
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(181.224)	233.591	50.916	406.542	(1.134.546)	161.606	(957.959)	320.620
Amortização de ágio		-	-	-	-	(5.348)	(6.403)	(10.905)	(12.881)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos - renda variável	7	-	-	-	-	(1.138)	(5.388)	(27.023)	(12.288)
Receita de dividendos	6.6.3	444.333	195.814	911.925	331.626	4.282.933	1.301.389	7.460.536	2.006.098
Receita de juros sobre o capital próprio	6.6.3	58.181	-	58.181	-	461.148	1.913	471.454	38.910
Resultado com alienações de títulos de renda variável	6.6.2	(1.615)	-	(1.615)	-	1.687.679	495.832	3.551.759	11.081.551
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.3	(433)	146.858	(433)	147.744	(327.830)	194.567	(189.311)	(54.368)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		(1.315)	10.523	-	3.946	(24.693)	89.153	37.557	(127.279)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	7.2	-	-	-	-	94.624	(97.812)	9.071.123	(297.044)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(11.494)	(6.043)	(127.802)	(11.258)	(68.874)	(55.666)	(342.605)	(77.550)
Despesas tributárias		(233.983)	(319.709)	(400.832)	(680.398)	(486.747)	(436.111)	(789.662)	(1.343.400)
Despesas com pessoal		(281.798)	(285.756)	(562.350)	(583.686)	(563.621)	(468.452)	(1.124.725)	(956.862)
Despesas administrativas		(49.766)	(54.673)	(94.473)	(102.919)	(92.758)	(78.751)	(168.742)	(150.123)
Outras receitas operacionais		311.588	3.577	316.829	7.335	316.876	7.846	335.292	13.873
Outras despesas operacionais		(232.660)	(229.688)	(334.434)	(418.910)	(260.369)	(246.776)	(372.534)	(450.342)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		13.248.613	7.940.380	27.920.848	19.328.002	15.471.101	8.491.928	34.379.989	23.477.951
Imposto de renda	15.1	323.807	(1.182.095)	(330.153)	(1.814.233)	155.339	(1.612.204)	(1.387.853)	(4.947.828)
Contribuição social	15.1	233.147	(963.235)	(320.691)	(1.500.156)	114.177	(1.154.592)	(808.701)	(2.711.849)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15.2	(2.092.011)	(486.571)	(2.654.504)	(897.533)	(4.027.061)	(416.653)	(7.567.935)	(702.194)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.713.556	5.308.479	24.615.500	15.116.080	11.713.556	5.308.479	24.615.500	15.116.080
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452				
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		1,867086	0,846147	3,923595	2,409432				

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	BNDES e Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.713.556	5.308.479	24.615.500	15.116.080
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(7.184.265)	2.411.560	(5.280.095)	(7.915.422)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	(11.082.298)	2.623.472	(4.832.866)	(12.693.188)
Efeito fiscal	3.946.712	(690.952)	1.788.635	4.796.109
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos de coligadas	-	27.192	(67.272)	40.631
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(48.222)	443.924	(2.168.318)	(66.468)
Outros resultados abrangentes - coligadas	(457)	7.924	(274)	7.494
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(14.339)	699.820	604.501	2.102.860
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	(94.215)	674.285	513.206	1.915.909
Efeito fiscal	32.593	(12.369)	(55.751)	(32.749)
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - controladas	47.283	37.904	147.046	219.700
Total de Outros Resultados Abrangentes	(7.198.604)	3.111.380	(4.675.594)	(5.812.562)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	4.514.952	8.419.859	19.939.906	9.303.518

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2021		53.983.180	-	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	29.066.027	2.730.595	-	113.002.517
Aumento de capital	18.1	-	7.858.968	-	-	(7.858.968)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	(6.013.919)	201.357	-	(5.812.562)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	15.116.080	15.116.080
Em 30 de junho de 2021		53.983.180	7.858.968	5.734.234	201.355	-	13.428.158	23.052.108	2.931.952	15.116.080	122.306.035
Mutações no semestre		-	7.858.968	-	-	(7.858.968)	-	(6.013.919)	201.357	15.116.080	9.303.518
Em 1º de janeiro de 2022		61.842.148	-	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	17.983.021	2.426.095	-	126.997.024
Reversão de reserva para futuro aumento de capital	18.1	-	12.946.254	-	-	(12.946.254)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	18.3	-	-	-	-	-	(17.608.903)	-	-	-	(17.608.903)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	(2.586.776)	(2.088.818)	-	(4.675.594)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	24.615.500	24.615.500
Em 30 de junho de 2022		61.842.148	12.946.254	7.437.688	201.355	-	6.551.560	15.396.245	337.277	24.615.500	129.328.027
Mutações no semestre		-	12.946.254	-	-	(12.946.254)	(17.608.903)	(2.586.776)	(2.088.818)	24.615.500	2.331.003

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	27.920.848	19.328.002	34.379.989	23.477.951
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(21.275.181)	(11.427.737)	(11.070.497)	(2.239.805)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.360.974)	(793.880)	(2.104.854)	(1.044.313)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	127.802	11.258	342.605	77.550
Resultado com equivalência patrimonial	(16.143.632)	(10.563.054)	(660.178)	(1.418.262)
Amortização de ágios	-	-	10.905	12.881
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	93.966	55.163	93.966	55.163
Depreciação	7.224	10.520	7.224	10.520
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos – renda variável	-	-	27.023	12.288
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	433	(147.744)	189.311	54.368
Outras receitas com participações acionárias - reclassificação de coligada para TVM e ganho na compra vantajosa	-	-	(8.976.499)	-
Variação de ativos e obrigações	(64.777.383)	(26.764.742)	(59.978.209)	(29.993.762)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	391.873	16.029.928	(6.529.563)	19.484.194
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(33.713.222)	14.635.591	(28.956.277)	16.957.838
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	627.222	1.251.742	(356.986)	872.721
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(21.937.640)	(43.738.349)	(21.934.795)	(43.736.988)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(3.546.961)	(7.342.767)	6.858.122	(11.129.486)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	1.103.276	(539.054)	969.167	(874.735)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(4.430.460)	(4.902.612)	(4.430.460)	(4.902.612)
. IR e CSLL pagos	(3.271.471)	(2.159.221)	(5.597.417)	(6.664.694)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(58.131.716)	(18.864.477)	(36.668.717)	(8.755.616)
Atividades de investimentos				
. Adições ao imobilizado	(4.587)	(2.920)	(4.587)	(2.920)
. Baixas do imobilizado	-	22	-	22
. Adição em investimentos em coligadas	-	-	(8.028)	(64.946)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	-	-	1.088.977	30.016
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	22.390.323	10.685.907	15.964	604.578
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	22.385.736	10.683.009	1.092.326	566.750
Atividades de financiamentos				
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	16.187.525	12.651.229	16.187.525	12.651.229
. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(18.878.605)	(4.949.199)	(18.878.605)	(4.949.199)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(225.773)	(282.894)	(225.773)	(282.894)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(2.916.853)	7.419.136	(2.916.853)	7.419.136
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(38.662.833)	(762.332)	(38.493.244)	(769.730)
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	91.460.253	93.331.124	95.298.787	97.121.494
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	52.797.420	92.568.792	56.805.543	96.351.764
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(38.662.833)	(762.332)	(38.493.244)	(769.730)

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2022		30/06/2021		30/06/2022		30/06/2021	
RECEITAS	36.537.376		23.127.350		49.880.634		35.287.139	
Intermediação financeira	29.540.978		21.730.559		34.668.497		23.281.011	
Outras receitas	1.635.424		602.911		13.107.283		10.961.815	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	5.360.974		793.880		2.104.854		1.044.313	
DESPESAS	(24.672.825)		(13.327.092)		(21.982.874)		(12.809.851)	
Intermediação financeira	(22.940.648)		(12.859.513)		(19.997.795)		(12.244.550)	
Outras despesas	(1.732.177)		(467.579)		(1.985.079)		(565.301)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(84.009)		(89.613)		(175.120)		(140.665)	
Materiais, energia e outros	(6.019)		(8.502)		(11.108)		(13.339)	
Serviços de terceiros	(77.990)		(81.111)		(136.989)		(115.038)	
Perda (recuperação) de valores ativos	-		-		(27.023)		(12.288)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.780.542		9.710.645		27.722.640		22.336.623	
RETENÇÕES	(3.611)		(6.417)		(7.224)		(10.520)	
Depreciação	(3.611)		(6.417)		(7.224)		(10.520)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	11.776.931		9.704.228		27.715.416		22.326.103	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	17.113.738		10.894.680		8.592.168		3.463.270	
Resultado de equivalência patrimonial	16.143.632		10.563.054		660.178		1.418.262	
Dividendos e juros sobre capital próprio	970.106		331.626		7.931.990		2.045.008	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	28.890.669		20.598.908		36.307.584		25.789.373	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.890.669	100,0%	20.598.908	100,0%	36.307.584	100,0%	25.789.373	100,0%
Pessoal e encargos	506.324	1,8%	522.846	2,5%	1.012.606	2,8%	857.100	3,3%
- Remuneração direta	314.978		328.489		630.259		538.483	
- Benefícios	153.035		152.831		306.070		250.542	
- FGTS	24.024		25.675		47.702		42.090	
- Outros	14.287		15.851		28.575		25.985	
Impostos, taxas e contribuições	3.767.071	13,0%	4.957.972	24,1%	10.675.929	29,4%	9.812.898	38,1%
- Federais	3.752.973		4.945.523		10.656.923		9.796.828	
- Estaduais	-		4		-		5	
- Municipais	14.098		12.445		19.006		16.065	
Aluguéis	1.774	0,0%	2.010	0,0%	3.549	0,0%	3.295	0,0%
Lucros retidos	24.615.500	85,2%	15.116.080	73,4%	24.615.500	67,8%	15.116.080	58,6%

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 24 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

Ações do Sistema BNDES ao Coronavírus (“COVID-19”)

O BNDES vem realizando diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos negativos da COVID-19, como a suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, entre outras ações que podem ser conhecidas através do site do BNDES <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-coronavirus>.

Conflito Rússia e Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia não causou impactos significativos nas operações do Sistema BNDES ou no valor justo de seus ativos e passivos por não ter exposição direta aos dois países. No entanto, o BNDES monitora o conflito com o objetivo de mitigar potenciais impactos financeiros, diretos e indiretos, sobre suas operações e, consequentemente, seus reflexos nas Demonstrações Financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas conjuntamente às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 08 de agosto de 2022. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 10 de agosto de 2022.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras do BNDES foram preparadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, normas do Banco Central do Brasil – BACEN, do Conselho Monetário Nacional – CMN – e, subsidiariamente, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei nº 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos. Dessa forma, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram adotados os seguintes pronunciamentos recepcionados pelo CMN:

- a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros;
- i) CPC 24 – Eventos Subsequentes;
- j) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- m) CPC 41 – Resultado por ação; e
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A primeira demonstração intermediária emitida na data-base de 31.03.2022.

Não obstante a necessidade do levantamento de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, para a data-base de 30 de junho de 2022, optou-se pela adesão à faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, elaborando-se as demonstrações financeiras consolidadas, conjuntamente com as individuais, de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional.

Ainda sobre a Resolução CMN nº 4.966/2021, foi elaborado, aprovado pelo Conselho de Administração do BNDES e enviado ao BACEN o plano para implementação da regulamentação contábil nela estabelecida para os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento de *hedge accounting* pelo Sistema BNDES.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as Demonstrações Financeiras no trimestre corrente

Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram leve redução no acumulado do semestre explicada, principalmente, pela redução das disponibilidades em razão dos pagamentos de dividendos complementares e liquidações antecipadas ao Tesouro Nacional, bem como pela diminuição da carteira de participações societárias, efeitos atenuados pelo crescimento da carteira de crédito e pela reclassificação do investimento em JBS de “Coligada” para “Não Coligada” (ações classificadas como disponíveis para venda), devido à perda de influência significativa, com a consequente mensuração a valor de mercado das ações.

A carteira de crédito e repasses, maior ativo do BNDES, apresentou aumento no semestre, explicado, especialmente, pela apropriação de encargos contratuais e ao efeito transitório da operação de empréstimo de ações da Eletrobras, atenuados pelo retorno em montante superior aos desembolsos, somado ao efeito negativo da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira.

Em relação às fontes de recursos, a diminuição do passivo com o Tesouro Nacional decorreu dos pré-pagamentos somados a amortizações ordinárias. Por outro lado, observou-se aumento do saldo do FAT, em que o ingresso ordinário de recursos, somado à apropriação de juros, superou o montante pago a título de juros semestrais e ao efeito de variação cambial do período.

O patrimônio líquido apresentou ligeiro crescimento no acumulado do semestre, em virtude, principalmente, do lucro líquido do período, efeito atenuado pelo pagamento de dividendos complementares com utilização das reservas de lucro e a desvalorização da carteira de participações societárias a valor justo.

Variações de resultado

No trimestre e no acumulado, o lucro líquido apresentou aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado por maior resultado com participações societárias e recebimento de dividendos e JCP, aumento no produto da intermediação financeira e reversão de provisão para risco de crédito.

O resultado recorrente aumentou no trimestre e no acumulado em relação ao primeiro semestre do exercício passado, com destaque para a maior receita com dividendos/JCP e o acréscimo do produto de intermediação financeira por efeito da elevação da taxa SELIC.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.

3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME;
- Fundo BB Juno – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	139.306	433.135	139.753	434.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	52.658.114	91.027.118	56.665.790	94.864.308
Aplicações em operações compromissadas	50.964.782	90.717.200	54.972.458	94.554.390
Aplicações em moedas estrangeiras	1.693.332	309.918	1.693.332	309.918
Total	52.797.420	91.460.253	56.805.543	95.298.787

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizados por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.5.

5.1. Composição das operações

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Operações de crédito	273.926.586	269.361.823	303.467.456	296.775.994
Circulante	27.721.991	27.241.828	34.693.811	30.775.492
Não circulante	246.204.595	242.119.995	268.773.645	266.000.502
Repasse Interfinanceiros	172.329.715	176.057.597	160.083.912	162.498.233
Circulante	17.816.708	18.308.175	36.905.698	37.257.412
Não circulante	154.513.007	157.749.422	123.178.214	125.240.821
Total	446.256.301	445.419.420	463.551.368	459.274.227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Operações de crédito	(14.037.764)	(18.030.521)	(14.199.984)	(18.465.763)
Circulante	(1.351.043)	(1.823.511)	(1.387.926)	(1.879.613)
Não circulante	(12.686.721)	(16.207.010)	(12.812.058)	(16.586.150)
Repasse interfinanceiros	(896.114)	(1.035.899)	(1.164.669)	(1.269.074)
Circulante	(92.647)	(107.723)	(178.176)	(181.758)
Não circulante	(803.467)	(928.176)	(986.493)	(1.087.316)
Total	(14.933.878)	(19.066.420)	(15.364.653)	(19.734.837)

5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	BNDES					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	54.811.713	21.038.934	75.850.647	53.258.851	23.531.740	76.790.591
Outras	339.097.264	31.308.390	370.405.654	333.863.240	34.765.589	368.628.829
Total	393.908.977	52.347.324	446.256.301	387.122.091	58.297.329	445.419.420

	Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	-	-	-	-	-	-
Outras	411.146.061	52.405.307	463.551.368	400.962.523	58.311.704	459.274.227
Total	411.146.061	52.405.307	463.551.368	400.962.523	58.311.704	459.274.227

5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Setor público				
Administração pública	42.677.002	44.154.234	42.680.728	44.157.820
Atividades empresariais				
Indústria	9.728.316	9.985.958	9.728.316	9.985.958
Intermediação financeira	126.701.806	128.632.423	58.373.828	60.627.024
Outros serviços	3.705.904	3.804.139	3.705.952	3.804.186
Subtotal	182.813.028	186.576.754	114.488.824	118.574.988
Setor privado				
Rural	1.130.020	969.517	1.507.929	1.288.133
Indústria	155.639.214	143.404.011	159.637.620	146.212.020
Comércio	2.137.720	3.663.175	2.237.603	3.708.816
Intermediação financeira	47.328.913	47.656.467	106.734.479	102.109.747
Outros serviços	57.207.406	63.149.496	78.944.913	87.380.523
Subtotal	263.443.273	258.842.666	349.062.544	340.699.239
Total	446.256.301	445.419.420	463.551.368	459.274.227

5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

BNDES			Consolidado		
	30/06/2022	31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021
Vencidos:	289.823	956.155	Vencidos:	378.115	1.004.004
A vencer:			A vencer:		
Até 1 ano	45.248.876	44.593.848	Até 1 ano	71.221.394	67.028.900
Entre 1 e 2 anos	36.341.046	35.926.781	Entre 1 e 2 anos	54.802.472	55.263.506
Entre 2 e 3 anos	37.802.158	37.361.130	Entre 2 e 3 anos	49.600.142	48.977.734
Entre 3 e 5 anos	63.840.311	61.753.932	Entre 3 e 5 anos	76.203.423	73.903.302
Entre 5 e 10 anos	120.137.789	122.561.505	Entre 5 e 10 anos	114.235.239	116.919.347
Após 10 anos	142.596.298	142.266.069	Após 10 anos	97.110.583	96.177.434
Total	446.256.301	445.419.420	Total	463.551.368	459.274.227

5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.441.216	6,0%	75.840.612	44,0%	15.985.193	5,9%	76.790.591	43,7%
10 seguintes maiores clientes	51.175.304	18,7%	83.731.302	48,6%	51.043.082	18,9%	86.144.729	48,9%
20 seguintes maiores clientes	50.059.819	18,3%	11.999.687	7,0%	47.223.469	17,5%	12.229.358	6,9%
50 seguintes maiores clientes	61.118.536	22,3%	758.114	0,4%	61.189.633	22,7%	892.919	0,5%
100 seguintes maiores clientes	43.646.064	15,9%	-	-	44.852.872	16,7%	-	-
Demais clientes	51.485.647	18,8%	-	-	49.067.574	18,3%	-	-
Total	273.926.586	100,0%	172.329.715	100,0%	269.361.823	100,0%	176.057.597	100,0%

	Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.441.216	5,4%	22.895.464	14,3%	15.985.193	5,4%	22.709.367	14,0%
10 seguintes maiores clientes	61.711.450	20,3%	100.208.941	62,6%	61.833.279	20,8%	104.486.884	64,2%
20 seguintes maiores clientes	54.090.171	17,8%	32.826.822	20,5%	50.369.909	17,0%	31.307.221	19,3%
50 seguintes maiores clientes	66.281.354	21,8%	4.152.685	2,6%	65.895.196	22,2%	3.994.761	2,5%
100 seguintes maiores clientes	48.339.938	15,9%	-	-	49.272.482	16,6%	-	-
Demais clientes	56.603.327	18,7%	-	-	53.419.935	18,0%	-	-
Total	303.467.456	99,9%	160.083.912	100,0%	296.775.994	100,0%	162.498.233	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Estão apresentadas a seguir as provisões constituídas para as operações de crédito e repasses interfinanceiros:

a) Operações de crédito

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA	0,0	Adimplente	56.059.616	-	47.929.001	-	67.758.404	-	48.345.785	-
A	0,5	Adimplente	101.368.448	(506.842)	93.188.912	(465.945)	108.860.192	(544.302)	95.647.545	(478.238)
B	1,0	Adimplente	79.555.845	(795.558)	75.614.347	(756.143)	89.872.601	(898.725)	91.850.569	(918.505)
C	3,0	Adimplente	6.641.241	(199.237)	13.767.169	(413.013)	6.653.600	(199.608)	22.038.779	(661.160)
C	3,0	Inadimplente	1.016	(30)	-	-	1.016	(30)	-	-
D	10,0	Adimplente	12.278.497	(1.227.850)	19.560.618	(1.956.062)	12.278.497	(1.227.850)	19.560.618	(1.956.062)
D	10,0	Inadimplente	225.039	(22.504)	116.833	(11.683)	225.039	(22.504)	116.833	(11.683)
E	30,0	Adimplente	8.807.684	(2.642.305)	6.427.521	(1.928.256)	8.807.684	(2.642.304)	6.453.926	(1.936.179)
F	50,0	Adimplente	43.310	(21.655)	97.113	(48.559)	43.310	(21.655)	97.113	(48.559)
F	50,0	Inadimplente	281.443	(140.722)	418.899	(209.450)	281.443	(140.722)	418.899	(209.450)
G	70,0	Adimplente	314.127	(219.889)	-	-	314.127	(219.889)	-	-
G	70,0	Inadimplente	297.161	(208.013)	-	-	297.161	(208.013)	-	-
H	100,0	Adimplente	7.926.928	(7.926.928)	11.375.743	(11.375.743)	7.931.853	(7.931.853)	11.380.260	(11.380.260)
H	100,0	Inadimplente	126.231	(126.231)	865.667	(865.667)	142.529	(142.529)	865.667	(865.667)
Total			273.926.586	(14.037.764)	269.361.823	(18.030.521)	303.467.456	(14.199.984)	296.775.994	(18.465.763)
Circulante			27.721.991	(1.351.043)	27.241.828	(1.823.511)	34.693.811	(1.387.926)	30.775.492	(1.879.613)
Não circulante			246.204.595	(12.686.721)	242.119.995	(16.207.010)	268.773.645	(12.812.058)	266.000.502	(16.586.150)

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

b) Repasses interfinanceiros

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
AA	0,0	Adimplente	110.624.519	112.797.572	-	-	47.022.164	55.057.751	-	-
A	0,5	Adimplente	53.576.018	51.268.152	(267.881)	(256.340)	102.874.830	93.460.763	(514.375)	(467.304)
B	1,0	Adimplente	7.103.814	10.733.749	(71.038)	(107.337)	9.156.439	12.713.549	(91.564)	(127.134)
E	30,0	Adimplente	-	6.762	-	(2.029)	5.115	14.808	(1.535)	(4.443)
F	50,0	Adimplente	936.337	1.162.341	(468.168)	(581.172)	936.337	1.162.341	(468.168)	(581.172)
H	100,0	Adimplente	89.027	89.021	(89.027)	(89.021)	89.027	89.021	(89.027)	(89.021)
Total			172.329.715	176.057.597	(896.114)	(1.035.899)	160.083.912	162.498.233	(1.164.669)	(1.269.074)
Circulante			17.816.708	18.308.175	(92.647)	(107.723)	36.905.698	37.257.412	(178.176)	(181.758)
Não circulante			154.513.007	157.749.422	(803.467)	(928.176)	123.178.214	125.240.821	(986.493)	(1.087.316)

Conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999, a Administração do BNDES, quando pertinente, constitui provisão complementar ao mínimo requerido pela referida Resolução, visando cobrir riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Operações de crédito

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(18.030.521)	(17.936.130)	(18.465.763)	(18.552.406)
(Constituição) reversão líquida	3.140.552	(598.298)	3.413.573	(417.265)
Baixas contra provisão	852.205	503.907	852.206	503.908
Saldo no final do exercício	(14.037.764)	(18.030.521)	(14.199.984)	(18.465.763)

b) Repasses interfinanceiros

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(1.035.899)	(1.197.951)	(1.269.074)	(1.468.346)
(Constituição) reversão líquida	139.785	162.052	104.405	199.272
Baixas contra provisão	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	(896.114)	(1.035.899)	(1.164.669)	(1.269.074)

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

5.8. Movimentação e renegociação na carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Créditos transferidos para prejuízo	827.146	6.982	852.205	29.527
Créditos recuperados	772.919	999.673	2.079.538	1.343.999
Créditos renegociados	122.279	9.094.343	277.973	16.588.822

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Créditos transferidos para prejuízo	827.146	6.982	852.210	29.528
Créditos recuperados	781.807	1.033.819	2.088.444	1.378.154
Créditos renegociados	201.060	10.013.562	364.999	17.509.803

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

No segundo trimestre de 2022, o Sistema BNDES reabriu o programa de suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto às empresas do Sistema – medida conhecida no mercado como *standstill* – para o setor de comércio e serviço no montante de R\$ 46 milhões, que representa 0,01% no BNDES e 0,01% no Consolidado da carteira total de operações de crédito e repasses interfinanceiros.

5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Venda a prazo de TVM	-	-	539.262	645.181
Provisão	-	-	(404.546)	(497.948)
	-	-	134.716	147.233
Direitos Recebíveis	11.577	12.388	4.613.607	1.019.084
Provisão	(7.267)	(7.756)	(4.607.851)	(1.012.937)
	4.310	4.632	5.756	6.147
Total	4.310	4.632	140.472	153.380
Circulante	614	617	12.082	12.767
Não circulante	3.696	4.015	128.390	140.613

5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Setor público	8.396	9.011	8.396	9.011
Setor privado				
Rural	-	-	-	-
Indústria	3.181	3.377	175.520	184.902
Intermediação financeira	-	-	3.281.014	7.501
Outros serviços	-	-	1.687.939	1.462.851
Total Setor privado	3.181	3.377	5.144.473	1.655.254
Total	11.577	12.388	5.152.869	1.664.265

5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES			Consolidado		
	30/06/2022	31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021
Vencidos:	-	-	Vencidos:	14.558	-
A vencer			A vencer		
Até 1 ano	1.649	1.648	Até 1 ano	1.313.643	1.013.128
Entre 1 e 2 anos	1.610	1.606	Entre 1 e 2 anos	25.278	38.166
Entre 2 e 3 anos	1.610	1.606	Entre 2 e 3 anos	23.620	38.672
Entre 3 e 5 anos	3.150	3.173	Entre 3 e 5 anos	51.823	77.688
Entre 5 e 10 anos	2.370	3.139	Entre 5 e 10 anos	452.738	483.300
Após 10 anos	1.188	1.216	Após 10 anos	3.271.209	13.311
Total	11.577	12.388	Total	5.152.869	1.664.265

5.9.3. Composição da carteira por nível de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa

a) Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários

Nível de Risco	% Provisão	Situação	Consolidado*			
			30/06/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
A	0,5	Adimplente	130.768	(654)	139.319	(697)
B	1,0	Adimplente	4.648	(46)	8.697	(86)
H	100,0	Adimplente	-	-	497.165	(497.165)
H	100,0	Inadimplente	403.846	(403.846)	-	-
Total			539.262	(404.546)	645.181	(497.948)
Circulante			44.292	(33.227)	46.886	(36.187)
Não circulante			494.970	(371.319)	598.295	(461.761)

* O BNDES não realizou operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

b) Direitos Recebíveis

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES			
			30/06/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	228	(2)	257	(3)
F	50,0	Adimplente	8.168	(4.084)	8.755	(4.377)
H	100,0	Adimplente	3.181	(3.181)	3.376	(3.376)
Total			11.577	(7.267)	12.388	(7.756)
Circulante			1.649	(1.035)	1.648	(1.031)
Não circulante			9.928	(6.232)	10.740	(6.725)

Nível de Risco	% Provisão	Situação	Consolidado			
			30/06/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	228	(2)	257	(3)
C	3,0	Adimplente	1.491	(46)	1.561	(47)
F	50,0	Adimplente	8.169	(4.084)	8.755	(4.376)
H	100,0	Adimplente	3.323.007	(3.323.007)	1.008.511	(1.008.511)
H	100,0	Inadimplente	1.280.712	(1.280.712)	-	-
Total			4.613.607	(4.607.851)	1.019.084	(1.012.937)
Circulante			1.283.909	(1.282.892)	966.242	(964.174)
Não circulante			3.329.698	(3.324.959)	52.842	(48.763)

5.9.4. Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	Consolidado *	
	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(497.948)	(961.444)
(Constituição) reversão líquida	93.401	463.496
Baixas contra provisão	1	-
Saldo no final do período	(404.546)	(497.948)

* O BNDES não possuía operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

Direitos recebíveis	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(7.756)	(6.809)	(1.012.937)	(925.691)
(Constituição) reversão líquida	489	(947)	(3.594.918)	(87.246)
Baixas contra provisão	-	-	4	-
Saldo no final do período	(7.267)	(7.756)	(4.607.851)	(1.012.937)

5.10. Composição do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Reversão (constituição) líquida sobre:				
Operações de crédito	4.430.786	(536.883)	3.140.552	(615.241)
Operações de repasses interfinanceiros	151.699	56.238	139.785	63.352
Debêntures	288	544	610	3.261
Direitos recebíveis	242	(1.681)	489	(1.491)
Recuperação de créditos baixados do ativo	772.919	999.673	2.079.538	1.343.999
Receita (despesa) líquida apropriada	5.355.934	517.891	5.360.974	793.880

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Reversão (constituição) líquida sobre:				
Operações de crédito	4.397.842	(495.415)	3.413.574	(412.634)
Operações de repasses interfinanceiros	124.208	89.179	103.241	106.858
Debêntures	709	1.275	1.112	4.081
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	108.914	(6.629)	93.401	(17.100)
Direitos recebíveis	(3.567.961)	(10.050)	(3.594.918)	(15.046)
Recuperação de créditos baixados do ativo	781.807	1.033.819	2.088.444	1.378.154
Receita (despesa) líquida apropriada	1.845.519	612.179	2.104.854	1.044.313

5.11. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira	21.794.994	7.638.761	29.540.978	21.730.559
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	15.850.901	2.743.881	19.885.530	15.271.032
.Moeda nacional	12.161.841	7.947.598	22.015.048	16.160.044
Juros/comissões	9.044.091	6.605.883	16.982.402	13.369.466
Atualização monetária	2.042.002	826.433	3.266.624	1.678.028
Ajuste ao valor justo	119.228	-	119.228	-
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	956.520	515.282	1.646.794	1.112.550
.Moeda estrangeira	3.689.060	(5.203.717)	(2.129.518)	(889.012)
Juros/comissões	253.136	237.002	447.706	515.720
Variação cambial	3.435.924	(5.440.719)	(2.577.224)	(1.404.732)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	5.701.171	4.634.915	9.153.253	5.993.384
.Moeda nacional	4.900.451	5.115.129	9.131.428	6.232.655
Juros/comissões	2.967.268	1.284.672	5.071.760	2.561.560
Atualização monetária	2.314.460	749.550	4.490.017	1.200.519
Resultados na alienação	15.706	3.280.752	(94.607)	3.449.799
Ajustes ao valor de mercado	(396.983)	(199.845)	(335.742)	(979.223)
.Moeda estrangeira	800.720	(480.214)	21.825	(239.271)
Juros/comissões	183.222	(38.809)	170.317	24.066
Variação cambial	487.624	(441.405)	(358.229)	(263.337)
Ajustes ao valor de mercado	129.874	-	209.737	-
Rendas com administração de fundos e programas	242.922	259.965	502.195	466.143
Despesas da intermediação financeira	(12.836.129)	(1.874.697)	(17.579.674)	(12.065.633)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(20.973.812)	1.260.896	(22.031.113)	(13.053.532)
.Moeda nacional	(14.511.035)	(7.770.823)	(25.821.875)	(14.775.549)
Juros/comissões	(14.544.042)	(6.976.512)	(25.524.896)	(13.975.958)
Atualização monetária	33.018	(790.926)	(296.909)	(791.043)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(11)	(3.385)	(70)	(8.548)
.Moeda estrangeira	(6.462.777)	9.031.719	3.790.762	1.722.017
Juros/comissões	(380.691)	(340.219)	(668.687)	(747.615)
Variação cambial	(6.081.255)	9.371.938	4.460.280	2.469.632
Outros	(831)	-	(831)	-
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Receitas	1.367.795	(1.588.415)	2.229.804	2.276.756
Despesas	1.245.333	(2.007.021)	(3.067.707)	(2.064.748)
Resultado de provisão para risco de crédito	5.355.934	517.891	5.360.974	793.880
Reversão (constituição) de provisão	4.583.015	(481.782)	3.281.436	(550.119)
Recuperação de créditos baixados	772.919	999.673	2.079.538	1.343.999
Resultado da carteira de câmbio	168.621	(58.048)	(71.632)	(17.989)
Resultado bruto da intermediação financeira	8.958.865	5.764.064	11.961.304	9.664.926

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira	26.262.136	8.639.984	34.668.497	23.281.011
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	17.377.203	3.132.545	21.998.713	16.125.785
.Moeda nacional	13.554.426	8.237.499	23.916.450	16.769.496
Juros/comissões	8.786.364	6.454.997	16.714.243	12.980.743
Atualização monetária	2.713.099	839.867	3.959.201	1.700.058
Ajuste ao valor justo	381.869	-	381.869	-
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.673.094	942.635	2.861.137	2.088.695
.Moeda estrangeira	3.822.777	(5.104.954)	(1.917.737)	(643.711)
Juros/comissões	371.714	354.833	660.568	772.951
Variação cambial	3.451.063	(5.459.787)	(2.578.305)	(1.416.662)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	8.642.011	5.247.474	12.167.589	6.689.083
.Moeda nacional	7.840.370	5.726.985	12.144.079	6.926.747
Juros/comissões	2.919.023	1.373.708	5.005.095	2.713.675
Atualização monetária	2.428.279	779.212	4.696.795	1.248.466
Resultados na alienação	15.706	3.773.949	(94.607)	3.942.996
Ajustes ao valor de mercado	(398.937)	(199.884)	(339.503)	(978.390)
Ajuste ao valor provável de realização	2.876.299	-	2.876.299	-
.Moeda estrangeira	801.641	(479.511)	23.510	(237.664)
Juros/comissões	184.143	(38.106)	172.002	25.673
Variação cambial	487.624	(441.405)	(358.229)	(263.337)
Ajustes ao valor de mercado	129.874	-	209.737	-
Rendas com administração de fundos e programas	242.922	259.965	502.195	466.143
Despesas da intermediação financeira	(14.675.623)	(1.402.360)	(17.892.941)	(11.200.237)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(19.308.780)	1.647.268	(19.083.614)	(12.436.165)
.Moeda nacional	(12.846.003)	(7.384.451)	(22.874.376)	(14.158.182)
Juros/comissões	(12.878.945)	(6.587.391)	(22.577.211)	(13.352.096)
Atualização monetária	33.018	(790.926)	(296.909)	(791.043)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(76)	(6.134)	(256)	(15.043)
.Moeda estrangeira	(6.462.777)	9.031.719	3.790.762	1.722.017
Juros/comissões	(380.691)	(340.219)	(668.687)	(747.615)
Variação cambial	(6.081.255)	9.371.938	4.460.280	2.469.632
Outros	(831)	-	(831)	-
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Receitas	1.367.795	(1.588.415)	2.229.804	2.276.756
Despesas	1.245.333	(2.007.021)	(3.067.707)	(2.064.748)
Resultado de provisão para risco de crédito	1.845.519	612.179	2.104.854	1.044.313
Reversão (constituição) de provisão	1.063.712	(421.640)	16.410	(333.841)
Recuperação de créditos baixados	781.807	1.033.819	2.088.444	1.378.154
Resultado da carteira de câmbio	174.510	(66.371)	(76.278)	(20.393)
Resultado bruto da intermediação financeira	11.586.513	7.237.624	16.775.556	12.080.774

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES. O detalhamento de sua classificação e tratamento contábil pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos para negociação:				
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.738.321	3.583.826	-	-
Títulos públicos	97.715.986	65.781.998	97.715.986	65.781.998
Títulos de renda fixa no exterior	8	9	62.878	71.189
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	103.909	103.909	1.521.472	1.485.068
	101.558.224	69.469.742	99.300.336	67.338.255
Títulos disponíveis para venda:				
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	332.681	325.809	-	-
Debêntures	4.666.219	4.560.293	4.916.925	4.799.610
Ações	6.576.460	7.126.933	58.332.701	51.511.863
Títulos públicos	20.748.850	21.806.752	20.748.851	21.806.752
Títulos de renda fixa no exterior	4.601.438	5.837.351	4.601.438	5.837.351
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	2.137.026	1.802.524
	36.925.648	39.657.138	90.736.941	85.758.100
Títulos mantidos até o vencimento:				
Títulos públicos	14.592	16.767	50.341	57.864
Títulos de renda fixa no exterior	6.537.627	3.840.889	6.537.627	3.840.889
Debêntures	645.386	744.727	2.189.660	2.392.006
(-) Provisão para risco de crédito – Debêntures	(3.925)	(4.535)	(13.213)	(14.325)
	7.193.680	4.597.848	8.764.415	6.276.434
Instrumentos financeiros derivativos	1.216.948	299.615	1.825.441	1.096.986
Total	146.894.500	114.024.343	200.627.133	160.469.775

6.1. Composição por natureza e prazo de vencimento

	BNDES									
	30/06/2022									31/12/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Títulos para negociação:										
Carteira própria										
Público:										
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.738.321	-	-	-	-	-	-	-	3.738.321	3.583.826
Títulos públicos	-	31.781.153	-	-	-	-	-	-	31.781.153	22.348.389
Títulos de renda fixa no exterior	-	8	-	-	-	-	-	-	8	
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	103.909	-	-	-	-	-	-	103.909	103.909
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	63.511.846	-	-	-	-	-	-	63.511.846	41.137.236
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	2.422.987	-	-	-	-	-	-	2.422.987	2.296.382
	3.738.321	97.819.903	-	-	-	-	-	-	101.558.224	69.469.742
Títulos disponíveis para venda:										
Carteira própria										
Público:										
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	332.681	-	-	-	-	-	-	-	332.681	325.809
Debêntures	-	-	-	-	113.795	77.230	117.363	-	308.388	397.693
Ações	6.541.659	-	-	-	-	-	-	-	6.541.659	6.952.318
Títulos públicos	-	3.072.459	1.877.378	11.063	877.600	124.468	-	2.133.895	8.096.863	9.103.591
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	107.788	15.306	889.629	3.588.715	4.601.438	5.837.351
Debêntures	-	7.229	38.469	83.360	303.073	818.746	1.563.202	1.543.752	4.357.831	4.162.600
Ações	34.801	-	-	-	-	-	-	-	34.801	174.615
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	-	2.068.000	1.758.740	2.000.840	1.216.601	-	1.520.599	8.564.780	8.444.981
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	-	1.483.283	-	1.762.559	812.701	-	28.664	4.087.207	4.258.180
	6.909.141	3.079.688	5.467.130	1.853.163	5.165.655	3.065.052	2.570.194	8.815.625	36.925.648	39.657.138
Títulos mantidos até o vencimento:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	12.604	1.988	-	-	-	-	-	14.592	16.767
Debêntures	-	5.157	-	-	152.655	-	275.969	211.605	645.386	744.727
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(26)	-	-	(1.461)	-	(1.380)	(1.058)	(3.925)	(4.535)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	3.636.066	2.186.827	-	-	714.734	-	6.537.627	3.840.889
	-	17.735	3.638.054	2.186.827	151.194	-	989.323	210.547	7.193.680	4.597.848
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)										
	-	263.352	64.853	-	-	564	-	888.179	1.216.948	299.615
Total	10.647.462	101.180.678	9.170.037	4.039.990	5.316.849	3.065.616	3.559.517	9.914.351	146.894.500	114.024.343
Circulante									114.421.717	75.105.896
Não circulante									32.472.783	38.918.444

	Consolidado									
	30/06/2022									31/12/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Títulos para negociação:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	69.106.991	-	-	-	-	-	-	69.106.991	43.649.303
Títulos de renda fixa no exterior	-	62.878	-	-	-	-	-	-	62.878	71.189
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	1.521.472	-	-	-	-	-	-	1.521.472	1.485.068
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	26.186.008	-	-	-	-	-	-	26.186.008	19.836.313
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	2.422.987	-	-	-	-	-	-	2.422.987	2.296.382
	-	99.300.336	-	-	-	-	-	-	99.300.336	67.338.255
Títulos disponíveis para venda:										
Carteira própria										
Público:										
Debêntures	-	-	-	-	113.795	77.230	117.363	-	308.388	397.693
Ações	38.299.439	-	-	-	-	-	-	-	38.299.439	44.413.252
Títulos públicos	-	3.072.459	1.877.378	356.710	1.910.695	939.660	-	3.362.060	11.518.962	11.232.101
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	107.788	15.306	889.629	3.588.715	4.601.438	5.837.351
Debêntures	-	257.935	38.469	83.360	303.073	818.746	1.563.202	1.543.752	4.608.537	4.401.917
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	2.137.026	-	-	-	-	-	-	-	2.137.026	1.802.524
Ações	20.033.262	-	-	-	-	-	-	-	20.033.262	7.098.611
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	-	2.068.001	1.413.093	967.745	401.409	-	292.434	5.142.682	6.316.471
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	-	1.483.283	-	1.762.559	812.701	-	28.664	4.087.207	4.258.180
	60.469.727	3.330.394	5.467.131	1.853.163	5.165.655	3.065.052	2.570.194	8.815.625	90.736.941	85.758.100
Títulos mantidos até o vencimento:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	48.353	1.988	-	-	-	-	-	50.341	57.864
Debêntures	-	65.239	14.696	-	313.482	-	446.643	404.435	1.244.495	1.367.720
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(327)	(73)	-	(2.553)	-	(2.233)	(2.023)	(7.209)	(7.988)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	3.636.066	2.186.827	-	-	714.734	-	6.537.627	3.840.889
Debêntures	-	255.636	-	-	-	-	689.529	-	945.165	1.024.286
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(2.556)	-	-	-	-	(3.448)	-	(6.004)	(6.337)
	-	366.345	3.652.677	2.186.827	310.929	-	1.845.225	402.412	8.764.415	6.276.434
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)										
	-	870.876	64.853	50	-	1.483	-	888.179	1.825.441	1.096.986
Total	60.469.727	103.867.951	9.184.661	4.040.040	5.476.584	3.066.535	4.415.419	10.106.216	200.627.133	160.469.775
Circulante										
Não circulante									113.053.692	74.674.100
									87.573.441	85.795.675

6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.738.322	3.738.321	3.583.826	3.583.826	-	-	-	-
Títulos públicos	31.998.190	31.781.153	22.545.777	22.348.380	70.005.887	69.106.991	44.317.009	43.649.303
Títulos de renda fixa no exterior	7	8	8	9	62.877	62.878	71.188	71.189
Privado:								
Cotas de fundos de investimento	80.591	103.909	80.591	103.909	1.430.712	1.521.472	1.394.780	1.485.068
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	64.735.889	63.511.846	42.044.580	41.137.236	26.728.192	26.186.008	20.273.348	19.836.313
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	2.423.555	2.422.987	2.297.548	2.296.382	2.423.555	2.422.987	2.297.548	2.296.382
Total	102.976.554	101.558.224	70.552.330	69.469.742	100.651.223	99.300.336	68.353.873	67.338.255
Títulos disponíveis para venda:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	325.797	332.681	325.797	325.809	-	-	-	-
Debêntures	308.935	308.388	397.540	397.693	308.935	308.388	397.540	397.693
Ações	4.065.354	6.541.659	4.803.912	6.952.318	21.491.067	38.299.439	25.415.758	44.413.252
Títulos públicos	8.508.103	8.096.863	9.452.498	9.103.591	12.259.853	11.518.962	11.636.966	11.232.101
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	5.752.694	4.601.438	5.935.856	5.837.351	5.752.694	4.601.438	5.935.856	5.837.351
Debêntures	4.753.873	4.357.831	4.441.601	4.162.600	5.032.654	4.608.537	4.897.542	4.401.917
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	-	-	1.434.130	2.137.026	1.303.940	1.802.524
Ações	-	34.801	-	174.615	20.055.885	20.033.262	3.686.427	7.098.611
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	9.214.150	8.564.780	8.785.873	8.444.981	5.462.400	5.142.682	6.601.405	6.316.471
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	4.265.673	4.087.207	4.299.807	4.258.180	4.265.673	4.087.207	4.299.807	4.258.180
Total	37.194.579	36.925.648	38.442.884	39.657.138	76.063.291	90.736.941	64.175.241	85.758.100
Títulos mantidos até o vencimento:								
Carteira própria								
Público:								
Títulos públicos	14.592	14.592	16.767	16.767	50.341	50.341	57.864	57.864
Debêntures	645.386	638.274	744.727	698.219	1.244.495	1.288.502	1.367.720	1.360.348
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(3.925)	(3.925)	(4.535)	(4.535)	(7.209)	(7.209)	(7.988)	(7.988)
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	6.537.627	6.379.326	3.840.889	3.697.004	6.537.627	6.379.326	3.840.889	3.697.004
Debêntures	-	-	-	-	945.165	1.587.298	1.024.286	933.666
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	-	-	(6.004)	(6.004)	(6.337)	(6.337)
Total	7.193.680	6.958.548	4.597.848	4.407.455	8.764.415	9.098.469	6.276.434	6.034.557
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)								
Total	280.468	1.216.948	17.001	299.615	280.468	1.825.441	17.001	1.096.986
Total	147.645.281	146.659.368	113.610.063	113.833.950	185.759.397	200.961.187	138.822.549	160.227.898
Resumo por tipo de carteira:								
Carteira própria	67.006.014	68.072.548	56.182.255	57.697.171	146.879.577	163.122.303	105.350.441	127.520.552
Vinculados								
Compromissos de recompra	73.950.039	72.076.626	50.830.453	49.582.217	32.190.592	31.328.690	26.874.753	26.152.784
Prestação de Garantias	6.689.228	6.510.194	6.597.355	6.554.562	6.689.228	6.510.194	6.597.355	6.554.562
Resumo por emissor:								
Público	130.240.028	129.965.115	99.294.125	99.558.856	144.296.066	158.447.377	116.728.165	133.881.108
Privado	17.405.253	16.694.253	14.315.938	14.275.094	41.463.331	42.513.810	22.094.384	26.346.790

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Fundos exclusivos	4.071.002	3.909.635	-	-
Fundos mútuos de investimento e de participações	103.909	103.909	3.658.498	3.287.592
Total	4.174.911	4.013.544	3.658.498	3.287.592
Circulante	4.174.911	4.013.544	1.521.472	1.485.068
Não Circulante	-	-	2.137.026	1.802.524

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

6.3.2. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Consolidado *			
Fundo	Administrador	30/06/2022	31/12/2021
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	366.028	318.970
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	310.943	256.008
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	266.458	263.034
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	244.312	246.086
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTVM Ltda.	236.958	171.436
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	206.467	201.756
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	202.650	200.449
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	144.046	-
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	123.236	126.557
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	110.556	92.268
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	108.003	118.391
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	97.409	86.140
CRIATEC II FIP	Lions Trust Adm de Recursos Ltda.	87.543	83.016
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	85.950	85.280
PERFORMA KEY DE INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE FIP	Lions Trust Administradora de Recursos S.A.	84.756	64.582
Subtotal		2.675.315	2.313.973
Outros		983.183	973.619
Total		3.658.498	3.287.592
Circulante		1.521.472	1.485.068
Não circulante		2.137.026	1.802.524

* Em 30/06/2022 e 31/12/2021, o BNDES possuía cotas de participações no valor de R\$ 103.909.

6.4. Debêntures

6.4.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo de debêntures disponíveis para venda	4.666.219	4.560.293	4.916.925	4.799.610
Circulante	45.698	149.587	296.404	388.904
Não circulante	4.620.521	4.410.706	4.620.521	4.410.706

6.4.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN n.º 2.682/1999, conforme política estabelecida na Nota Explicativa n.º 26.5.

6.4.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor bruto	645.386	744.727	2.189.660	2.392.006
Provisão para risco de crédito	(3.925)	(4.535)	(13.213)	(14.325)
Valor líquido	641.461	740.192	2.176.447	2.377.681
Circulante	5.131	42.808	332.615	420.451
Não circulante	636.330	697.384	1.843.832	1.957.230

6.4.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Setor público	645.386	744.727	1.244.495	1.367.721
Setor privado	-	-	689.529	781.153
Indústria	-	-	255.636	243.132
Outros serviços ^(*)	-	-	945.165	1.024.285
Total Setor privado	-	-	2.189.660	2.392.006
Total	645.386	744.727	2.189.660	2.392.006

(*) Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

6.4.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES			Consolidado		
	30/06/2022	31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021
Até 1 ano	5.157	43.022	Até 1 ano	335.571	423.786
Entre 1 e 2 anos	-	-	Entre 1 e 2 anos	-	-
Entre 2 e 3 anos	152.655	151.638	Entre 2 e 3 anos	313.482	287.763
Entre 3 e 5 anos	-	32.508	Entre 3 e 5 anos	-	45.940
Entre 5 e 10 anos	275.969	297.527	Entre 5 e 10 anos	1.136.172	1.223.575
Após 10 anos	211.605	220.032	Após 10 anos	404.435	410.942
Total	645.386	744.727	Total	2.189.660	2.392.006

6.4.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
A	0,5	Adimplente	617.462	712.219	(3.087)	(3.560)	1.894.582	2.102.933	(9.471)	(10.514)
B	1,0	Adimplente	-	-	-	-	255.635	243.133	(2.558)	(2.432)
C	3,0	Adimplente	27.924	32.508	(838)	(975)	39.443	45.940	(1.184)	(1.379)
Total			645.386	744.727	(3.925)	(4.535)	2.189.660	2.392.006	(13.213)	(14.325)
Circulante			5.157	43.022	(26)	(214)	335.571	423.786	(2.956)	(3.335)
Não circulante			640.229	701.705	(3.899)	(4.321)	1.854.089	1.968.220	(10.257)	(10.990)

6.4.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(4.535)	(8.475)	(14.325)	(22.326)
(Constituição) reversão líquida	610	3.940	1.112	8.001
Saldo no final do período	(3.925)	(4.535)	(13.213)	(14.325)

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

6.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.11.

6.5.1. Composição

BNDES						
		30/06/2022			31/12/2021	
		Valor de referência	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x Euro	-	-	-	-	78	-
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	161.392	806.196	-	151.704	(49.481)
Subtotal		161.392	806.196	-	151.782	(49.481)
Contratos futuro (*)						
DI (posição vendida)	out/22 a jan/29	(81.286.211)	-	-	-	-
USD (posição comprada)	jul/22	314.280	-	-	-	-
USD (posição vendida)	ago/22	(445.230)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jul/22 a jan/31	21.903.811	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/22 a mai/35	9.690.975	-	-	-	-
Subtotal		(49.822.375)	-	-	-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos	jul/22		263.352	(263.370)	-	-
Subtotal			263.352	(263.370)	-	-
Opções						
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Precificação Black-Scholes e Proporção do <i>Valuation</i> /DCF		147.400	-	147.833	-
Subtotal			147.400	-	147.833	-
Total			1.216.948	(263.370)	299.615	(49.481)
Circulante			328.205	(263.370)	78	(46.206)
Não circulante			888.743	-	299.537	(3.275)

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

		Consolidado				
		30/06/2022			31/12/2021	
		Valor de referência	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado (Passivo)	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado (Passivo)
Vencimentos						
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x Euro	-	-	-	-	78	-
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	161.392	806.196	-	151.704	(49.481)
Subtotal		161.392	806.196	-	151.782	(49.481)
Contratos futuro (*)						
DI (posição vendida)	out/22 a jan/29	(81.286.211)	-	-	-	-
USD (posição comprada)	jul/22	314.280	-	-	-	-
USD (posição vendida)	ago/22	(445.230)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jul/22 a jan/31	21.903.811	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/22 a mai/35	9.690.975	-	-	-	-
Subtotal		(49.822.375)	-	-	-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos	jul/22		263.352	(263.370)	-	-
Subtotal			263.352	(263.370)	-	-
Opções						
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Precificação Black-Scholes, Proporção do Valuation/DCF e Arvore Binomial		552.469	-	683.183	-
Subtotal			552.469	-	683.183	-
Derivativos embutidos						
Bônus de subscrição de ações			203.424	-	262.021	-
Subtotal			203.424	-	262.021	-
Total			1.825.441	(263.370)	1.096.986	(49.481)
Circulante			935.729	(263.370)	795.825	(46.206)
Não circulante			889.712	-	301.161	(3.275)

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos de swaps	64.853	741.343	78	151.704	64.853	741.343	78	151.704
Contratos a termo	263.352	-	-	-	263.352	-	-	-
Contratos de opções	-	-	-	-	404.100	148.369	533.726	149.457
Derivativos embutidos	-	147.400	-	147.833	203.424	-	262.021	-
Total	328.205	888.743	78	299.537	935.729	889.712	795.825	301.161
Passivo								
Contratos de swaps	-	-	(46.206)	(3.275)	-	-	(46.206)	(3.275)
Contratos a termo	(263.370)	-	-	-	(263.370)	-	-	-
Total	(263.370)	-	(46.206)	(3.275)	(263.370)	-	(46.206)	(3.275)

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

6.5.2. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 30 de junho de 2022. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 1.034,18 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 30 de junho de 2022, o BNDES não possuía títulos públicos dados em garantia a essas operações e houve recebimento do valor de R\$ 301.257 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 496.910 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2021.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 7,85 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 34.031, e houve recebimento do valor de R\$ 38.841 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 69.799 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

6.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas):	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Contratos de <i>swaps</i>	361.729	(164.706)	677.468	44.675
Contratos de futuro	2.251.719	(3.430.036)	(1.515.353)	167.405
Contratos a termo	(320)	(694)	(18)	(72)
Subtotal Câmbio e taxa de juros	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Contratos de opções	(433)	146.858	(433)	147.744
Derivativos embutidos	-	-	-	-
Subtotal Renda variável	(433)	146.858	(433)	147.744
Total	2.612.695	(3.448.578)	(838.336)	359.752
Câmbio e taxa de juros	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Renda variável	(433)	146.858	(433)	147.744

Receitas (despesas):	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Contratos de <i>swaps</i>	361.729	(164.706)	677.468	44.675
Contratos de futuro	2.251.719	(3.430.036)	(1.515.353)	167.405
Contratos a termo	(320)	(694)	(18)	(72)
Subtotal Câmbio e taxa de juros	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Contratos de opções	(220.954)	176.739	(130.714)	105.010
Derivativos embutidos	(106.876)	17.828	(58.597)	(159.378)
Subtotal Renda variável	(327.830)	194.567	(189.311)	(54.368)
Total	2.285.298	(3.400.869)	(1.027.214)	157.640
Câmbio e taxa de juros	2.613.128	(3.595.436)	(837.903)	212.008
Renda variável	(327.830)	194.567	(189.311)	(54.368)

6.6. Ações

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “disponível para venda (DPV)”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 7.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*units*) classificados na categoria DPV.

Empresas investidas	Consolidado - 30/06/2022			Valor Contábil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
NÍVEL 1							
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	7,94	3.762.607	3.855.928	28.806.462	30.064.508
JBS ⁽²⁾	461.661	-	20,57	-	-	14.726.989	-
ELETRONBRAS ⁽³⁾	146.502	36.954	11,70	2.779.052	3.096.390	3.648.189	8.455.187
COPEL - UNITS	131.162	524.646	23,96	-	-	4.399.159	4.147.329
CEMIG	82.008	-	4,84	-	-	1.240.778	1.452.578
EMBRAER	39.762	-	5,37	-	-	452.497	987.303
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES TIETÊ ENERGIA)	39.555	-	8,04	-	-	422.443	437.869
COPASA	13.160	-	3,46	-	-	151.861	166.337
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	-	-	137.552	221.104
ENGIE BRASIL ENERGIA ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	279.212
Subtotal Nível 1				6.541.659	6.952.318	53.985.930	46.211.427
Outras empresas - Nível 1				-	-	363.183	514.476
Total Nível 1				6.541.659	6.952.318	54.349.113	46.725.903
NÍVEL 2				-	-	143.713	79.028
NÍVEL 3				34.801	174.615	3.839.875	4.706.932
TOTAL				6.576.460	7.126.933	58.332.701	51.511.863
Circulante				-	-	1.080	571.696
Não circulante				6.576.460	7.126.933	58.331.621	50.940.167

⁽¹⁾ No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 a subsidiária BNDESPAR alienou a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17.700 mil ações, de forma que as empresas do Sistema BNDES não possuem mais ações ordinárias da Petrobras (vide Nota Explicativa n.º 6.6.2). Do total da participação de 7,94%, 1,04% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 6,90% através da BNDESPAR (com 900.211 mil preferenciais).

⁽²⁾ No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 a Administração da BNDESPAR julgou não mais exercer influência significativa na JBS, e portanto o investimento nessa empresa foi transferido do grupo Coligadas para Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para Venda. Vide Nota Explicativa no 7.2.

⁽³⁾ No âmbito da operação de Oferta Pública de Ações da Eletrobras (vide Nota Explicativa n.º 6.6.2), em 9 de junho de 2022 o Sistema BNDES assinou Contrato de Empréstimo de Ações com o Agente Estabilizador da Oferta, onde emprestou ao mesmo pelo período de até 30 dias 104.621 mil ações ordinárias da Eletrobras (ELET3), sendo 32.665 mil ações emprestadas pelo BNDES e 71.956 mil ações pela BNDESPAR. Em 30 de junho de 2022, tais ações estão incluídas na linha “Operações de crédito” do balanço patrimonial, mensuradas pelo valor justo de R\$ 4.820.960 no consolidado (R\$ 1.505.207 no BNDES). Em 5 de julho de 2022, tais ações foram devolvidas ao Sistema BNDES e o investimento na ELET3 voltou a ser integralmente reconhecido como Títulos e Valores Mobiliários, vide Nota Explicativa n.º 23. Do total da participação de 11,70%, 5,92% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 5,78% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

⁽⁴⁾ Ações alienadas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

Durante o segundo trimestre findo em 30 de junho de 2022 a BNDESPAR reclassificou do Nível 2 para o Nível 1 da hierarquia de valor justo determinado ativo cujo saldo era de R\$ 132.015 (R\$ 166.870 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de março de 2022 o mesmo ativo já havia sido reclassificado do Nível 1 para o Nível 2 pelo valor de R\$ 162.906.

Durante os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 a BNDESPAR não efetuou reclassificação de valores entre os Níveis 1 e 2. A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	174.615	77.420	4.706.932	4.856.104
Aquisições	-	-	-	6.896
Transferência do Nível 3 para Nível 1	-	-	-	(81.636)
Transferência do Nível 1 para Nível 3	-	-	-	98.264
Transferência do Nível 3 para Nível 2	-	-	(63.698)	(37.921)
Ajuste ao valor justo	(139.814)	97.195	(803.359)	(134.775)
Saldo no final do período	34.801	174.615	3.839.875	4.706.932

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 26.7.2.

6.6.1 Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

Durante os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e 30 de junho 2021 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos com perda de caráter permanente. Para tal, baseou-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, nas características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, entre outros indícios de perda permanente.

Em ambos os períodos não foram identificados novos ativos cuja perda reconhecida em Outros Resultados Abrangentes possuía características de perda permanente. Os valores reconhecidos como provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, no valor de R\$ 1.138 e R\$ 12.288 no consolidado, respectivamente, correspondem a ativos cujo caráter permanente da perda foi identificado em anos anteriores.

A perda com as ações classificadas como disponível para venda está incluída na linha "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado, juntamente com a provisão para redução ao valor recuperável do investimento em ações de coligadas.

6.6.2 Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 foi apurado ganho com alienações de ações classificadas como disponível para venda no valor total de R\$ 2.249.963 sem considerar o efeito fiscal, sendo R\$ 1.515.007 no trimestre findo em 30 de junho de 2022.

As operações de alienação de ações realizadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 que geraram os ganhos mais relevantes foram:

- (i) alienação pela BNDESPAR, no trimestre findo em 30 de junho de 2022, de 69.801.514 ações ordinárias da Eletrobras (ELET3), correspondente a 5,42% do capital social votante da Eletrobras, cujo valor justo na data da operação era de R\$ 2.961.678. A operação foi realizada no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de ações da ELET3, pelo valor unitário de venda de R\$ 42,00 (fixado em 9 de junho de 2022 por procedimento de precificação da Oferta), e gerou um ganho para a BNDESPAR de R\$ 1.515.768 sem considerar o efeito fiscal. A participação da BNDESPAR foi reduzida de 10,23% para 5,78% do capital total da Companhia investida.
- (ii) alienação pela BNDESPAR, no trimestre findo em 31 de março de 2022, da totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações que correspondem a 0,24% do capital social votante da Petrobras, cujo valor justo na data da operação era de R\$ 633.507. A operação foi realizada em pregão na bolsa de valores (B3) ao preço médio unitário de venda de R\$ 35,88 por ação e gerou um ganho de R\$ 350.950 sem considerar o efeito fiscal. A participação da BNDESPAR foi reduzida de 7,04% para 6,90% do capital total da Companhia investida.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi apurado ganho com alienações de ações classificadas como disponíveis para venda no valor total de R\$ 11.080.240 sem considerar o efeito fiscal, sendo R\$ 494.671 no trimestre findo em 30 de junho de 2021. A alienação com valor mais relevante gerou um ganho de R\$ 9.535.749, sem considerar o efeito fiscal, e é resultado da alienação pela BNDESPAR da totalidade das ações da Vale S.A. de sua titularidade.

O ganho com alienações de ações classificadas como disponível para venda é incluído na linha "Resultado com alienações de títulos de renda variável" do resultado, junto com o resultado da venda de participações societárias em coligadas e de bônus e direitos de subscrição de ações, conforme demonstrado a seguir.

Venda de ações e Bônus e direitos de subscrição	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Ações Disponíveis para venda	1.515.007	494.671	2.249.963	11.080.240
Ações Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2)	172.672	1.161	1.301.777	1.161
Bônus e direito de subscrição de ações	-	-	19	150
Total	1.687.679	495.831	3.551.759	11.081.551

6.6.3 Receita de Dividendos e JCP de investimentos em ações disponíveis para venda

Apresentamos a seguir a abertura da receita com dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) referente às empresas listadas em Bolsa, evidenciadas na Demonstração do Resultado:

Empresas investidas	BNDES					
	Três meses findos					
	30/06/2022			30/06/2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	444.333	58.181	502.514	106.501	-	106.501
Eletrobras	-	-	-	89.313	-	89.313
Total	444.333	58.181	502.514	195.814	-	195.814

Empresas investidas	BNDES					
	Seis meses findos					
	30/06/2022			30/06/2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	831.289	58.181	889.470	106.501	-	106.501
Eletrobras	80.636	-	80.636	225.125	-	225.125
Total	911.925	58.181	970.106	331.626	-	331.626

Empresas investidas	Consolidado					
	Três meses findos					
	30/06/2022			30/06/2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	3.401.806	445.431	3.847.237	829.306	-	829.306
JBS	461.661	-	461.661	-	-	-
Copel	333.722	-	333.722	51.223	-	51.223
Eletrobras	-	-	-	242.503	-	242.503
Cemig	37.687	13.155	50.842	51.308	-	51.308
Naturgy Brasil (ex CEG)	40.327	-	40.327	105.429	-	105.429
Subtotal	4.275.203	458.586	4.733.789	1.279.769	-	1.279.769
Outras empresas	7.730	2.562	10.292	21.620	1.913	23.533
Total	4.282.933	461.148	4.744.081	1.301.389	1.913	1.303.302

Empresas investidas	Consolidado					
	Seis meses findos					
	30/06/2022			30/06/2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	6.364.333	445.431	6.809.764	829.306	-	829.306
JBS	461.661	-	461.661	-	-	-
Copel	333.722	-	333.722	378.622	31.993	410.615
Eletrobras	210.022	-	210.022	611.263	-	611.263
Cemig	37.687	22.286	59.973	51.308	-	51.308
Naturgy Brasil (ex CEG)	40.327	-	40.327	105.429	-	105.429
Subtotal	7.447.752	467.717	7.915.469	1.975.928	31.993	2.007.921
Outras empresas	12.784	3.737	16.521	30.170	6.917	37.087
Total	7.460.536	471.454	7.931.990	2.006.098	38.910	2.045.008

Do total da receita com proventos de R\$ 7.931.990 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, R\$ 51.524 é proveniente de ações que foram alienadas e não fazem parte da carteira de ações do Sistema BNDES em 30 de junho de 2022.

O valor a receber de dividendos e JCP das ações DPV estão apresentados na linha “Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber” do balanço, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ações disponíveis para venda				
Dividendos	336.249	-	2.207.152	3.473
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.617	121.013
Coligadas (vide Nota Explicativa 7.2)				
Dividendos	-	-	6.687	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	57.305	7.929
Controladas				
Dividendos	-	4.896.728	-	-
Total	336.249	4.896.728	2.273.761	132.415

7. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Em controladas				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	113.816.134	118.696.136	-	-
Em coligadas				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	-	1.835.828	11.793.115
Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Total	113.958.280	118.838.282	1.977.974	11.935.261

7.1. Investimentos em controladas – BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro líquido do período	Resultado de equivalência patrimonial				Outros Resultados Abrangentes - Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas ⁽¹⁾		Valor contábil do investimento	
				Três meses findos		Seis meses findos		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
				30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021				
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	30/06/2022	15.726.048	710.796	252.419	221.636	710.796	502.104	17.420	(12.842)	15.726.048	15.670.727
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ⁽²⁾	30/06/2022	98.090.086	15.432.836	4.217.515	2.260.186	15.432.836	10.060.950	11.816.825	16.493.289	98.090.086	103.025.409
Total				4.469.934	2.481.822	16.143.632	10.563.054	11.834.245	16.480.447	113.816.134	118.696.136

⁽¹⁾ Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo das controladas.

⁽²⁾ O patrimônio líquido, o resultado do período e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis regulamentadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100% e os dividendos a receber dessas participações estão apresentados na Nota explicativa n.º 19.1.

Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES

	30/06/2022				31/12/2021
	Resultado do trimestre	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Lucros Acumulados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido BNDESPAR Padrão CVM	14.272.525	19.447.130	2.161.464	98.885.539	103.424.074
Ajustes de práticas contábeis:					
Participação em coligadas ⁽¹⁾	91.900	-	(91.900)	-	(91.900)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ⁽²⁾	(2.610.387)	(469.644)	3.080.031	-	-
Perda por redução do valor recuperável ⁽³⁾	1.394.891	(10.928.533)	8.633.666	(899.976)	(521.745)
Alienação de ações VJORA ⁽⁴⁾	3.353.618	-	(3.353.618)	-	-
Outros ajustes	(53.759)	(107.509)	161.268	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	(1.015.952)	3.875.381	(2.754.906)	104.523	214.980
Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão Cosif	15.432.836	11.816.825	7.836.005	98.090.086	103.025.409

⁽¹⁾ A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão CVM já era reconhecido no resultado do período seguindo o CPC 15 – Combinação de Negócios, passa a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução 4.817 do Banco Central de 29 de maio de 2020. Até 31 de dezembro de 2021, o Padrão Cosif determinava que tal ganho fosse mantido no ativo como “deságio” reduzindo o valor do investimento e fosse transferido para o resultado quando da realização do investimento. O valor de R\$ 91.900 inclui o saldo do deságio e dos ajustes de equivalência patrimonial e provisão para perdas decorrentes do menor saldo do ativo no Padrão Cosif até então.

⁽²⁾ A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”. Adicionalmente, em 30 de junho de 2022 inclui o ajuste de prática do AVJ positivo das ações da ELET3 objeto de Contrato de Empréstimo de Ações (vide Nota Explicativa 6.6), que conforme determinação da Carta Circular 2.747 do Banco Central no Padrão Cosif deve ser reconhecido no resultado do período durante o período do empréstimo.

⁽³⁾ Ajuste de prática contábil decorrente da diferença nos critérios de mensuração e reconhecimento de determinados ativos financeiros entre a Prática CVM e a Prática Cosif:

(i) Reconhecimento da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações disponíveis para venda pelo Padrão CVM (CPC 38- Instrumentos Financeiros) em comparação com a prática determinada pelo Padrão Cosif (Resolução CMN n.º 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão CVM determinava o reconhecimento da Perda por redução ao valor recuperável no resultado (tendo sido alterado pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018), enquanto a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização. A movimentação no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 refere-se a realização de parte dessa diferença pela venda de ações pela BNDESPAR, sendo R\$ 14.116 decorrente da venda ações ordinárias da Petrobras e R\$ 1.068 da venda de ações ordinárias da Eletrobras.

(ii) Mensuração da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações disponíveis para venda realizada no Padrão CVM, até 31 de dezembro de 2017, no escopo do CPC 38 – Instrumentos Financeiros (conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo) e pelo Padrão Cosif no escopo da Circular BACEN n.º 3.068/2001 (conceito de perdas de caráter permanente).

(iii) A mensuração da “Perda por redução ao valor recuperável” dos demais ativos financeiros, realizada no Padrão CVM de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e no Padrão Cosif de acordo com a Resolução CMN 2.682/99.

⁽⁴⁾ A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, reconhece o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” diretamente em lucros acumulados. No Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

7.2. Investimentos em coligadas – consolidado

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam todas as empresas investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 26.7.1.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes em Coligadas em 30 de junho 2022:

Investimentos								
30/06/2022 ⁽¹⁾							31/12/2021 ⁽¹⁾	Natureza das atividades do negócio da coligada
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade e (mil) de ações possuídas Ordinárias	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	
		Total	Votante					
Tupy	40.645	28,19%	28,19%	769.452	-	769.452	780.705	Setor de metalurgia e siderurgia
Iguá	56.335	13,21%	13,21%	334.908	-	334.908	417.724	Saneamento
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	293.842	-	293.842	305.044	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
CTC	60.902	18,99%	18,99%	306.076	-	306.076	242.035	Biotecnologia
JBS ⁽⁴⁾				-	-	-	9.716.163	Setor de alimentos
Subtotal				1.704.278	-	1.704.278	11.461.671	
Outros				432.545	(300.995)	131.550	331.444	
Total				2.136.823	(300.995)	1.835.828	11.793.115	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 30/04/2022 (31/10/2021 para cálculo da equivalência em 31/12/2021).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

⁽⁴⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para venda.

JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a BNDESPAR alienou, por meio de operação de block trade bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3). Na data da venda a participação da BNDESPAR na JBS foi reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da investida, passando a deter o total de 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A. Tal operação gerou um lucro de R\$ 1.129.105 (sem considerar os efeitos fiscais) no período de seis meses findo em 30 de junho, apresentado na rubrica “Resultado com alienações de títulos de renda variável”.

Considerando a redução da participação no capital da JBS para menos de 20% em 16 de fevereiro de 2022, aliada a inexistência de acordo de acionistas vigente que permitam a BNDESPAR vetar matérias relevantes ou participar na definição de políticas operacionais e financeiras da investida, a Administração entendeu que a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na JBS, passando a tratar o investimento na JBS como instrumento financeiro. Portanto a partir de 31 março de 2022 o investimento na BNDESPAR na JBS passou a ser apresentado no grupo de Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para Venda, sendo mensurado pelo seu valor justo. Tal operação gerou um ganho de R\$ 8.824.107, sendo: (i) R\$ 6.590.434 decorrente da mensuração inicial do investimento na JBS pelo seu valor justo e (ii) R\$ 2.233.673 decorrente da transferência para do resultado do saldo de Outros Resultados Abrangentes Reflexo de coligadas, até então reconhecido no patrimônio líquido coligadas, até então reconhecido no patrimônio líquido. Esse efeito foi reconhecido na rubrica “Outras rendas (despesas) sobre participações societárias”, cujo saldo total é de R\$ 9.071.123 no Consolidado.

7.2.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas e Ativos Mantidos para Venda - Consolidado

Nos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

30/06/2022							
Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/04/2022	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com participação em coligadas ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Alienação	Saldo em 30/06/2022
Coligadas							
Tupy	763.568	-	33.365	-	(27.481)	-	769.452
Iguá	371.889	-	(36.965)	-	(16)	-	334.908
CBO Holding	315.928	-	(1.402)	-	(20.684)	-	293.842
CTC	311.336	(6.043)	6.155	(5.348)	(24)	-	306.076
Subtotal	1.762.721	(6.043)	1.153	(5.348)	(48.205)	-	1.704.278
Outras coligadas	125.944	(73)	6.099	-	(420)	-	131.550
Total coligadas	1.888.665	(6.116)	7.252	(5.348)	(48.625)	-	1.835.828
Ativos Mantidos para Venda	131.082	-	-	-	-	(131.082)	-
Total	2.019.747	(6.116)	7.252	(5.348)	(48.625)	(131.082)	1.835.828

30/06/2021							
Coligadas	Saldo em 01/04/2021	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com participação em coligadas ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Saldo em 30/06/2021
Tupy	736.752	-	-	(5.283)	(8)	(5.012)	726.449
Iguá	126.040	64.946	-	(1.715)	-	-	189.271
CBO Holding	257.176	-	-	12.693	-	(3.402)	266.467
CTC	246.620	-	(4.889)	5.205	(5.348)	(14)	241.574
JBS	9.076.742	-	(338.433)	370.856	(146.021)	480.518	9.443.662
Subtotal	10.443.330	64.946	(343.322)	381.756	(151.377)	472.090	10.867.423
Outras coligadas	488.117	-	(5.990)	15.601	(1.054)	529	467.187
Total coligadas	10.931.447	64.946	(349.312)	397.357	(152.431)	472.619	11.334.610

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

30/06/2022								
Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2022	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com participação em coligadas ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de / (para) TVM	Saldo em 30/06/2022
Coligadas								
Tupy	780.705	-	33.669	-	(44.922)	-	-	769.452
Iguá	417.724	-	(82.789)	-	(27)	-	-	334.908
CBO Holding	305.044	-	23.442	-	(34.644)	-	-	293.842
CTC	242.035	(6.043)	(11.106)	81.204	(14)	-	-	306.076
JBS ⁽³⁾	9.716.163	-	789.614	-	288.396	-	(10.794.173)	-
Subtotal	11.461.671	(6.043)	752.830	81.204	208.789	-	(10.794.173)	1.704.278
Outras coligadas	331.444	(9.922)	(92.652)	60.283	(243)	(25.885)	(131.082)	131.550
Total coligadas	11.793.115	(15.965)	660.178	141.487	208.546	(25.885)	(10.925.255)	1.835.828
Ativos Mantidos para Venda	-	-	-	-	-	-	131.082	-
Total	11.793.115	(15.965)	660.178	141.487	208.546	(25.885)	(10.794.173)	1.835.828

30/06/2021							
Coligadas	Saldo em 01/01/2021	Aquisição	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com participações em coligadas ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Saldo em 30/06/2021
Tupy	737.226	-	-	6.197	140	(17.114)	726.449
Iguá	128.099	64.946	-	(3.774)	-	-	189.271
CBO Holding	248.899	-	-	16.396	-	1.172	266.467
CTC	245.891	-	(4.889)	11.365	(10.696)	(97)	241.574
JBS	9.009.691	-	(591.363)	1.374.136	(345.401)	(3.401)	9.443.662
Subtotal	10.369.806	64.946	(596.252)	1.404.320	(355.957)	(19.440)	10.867.423
Outras coligadas	499.095	-	(8.326)	13.942	(2.184)	(5.324)	467.187
Total coligadas	10.868.901	64.946	(604.578)	1.418.262	(358.141)	(24.764)	11.334.610

⁽¹⁾ Amortização da Mais e Menos Valias de ativos e passivos e baixa dos desajustes apurados na aquisição de participação societária (este último apenas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022), incluídos na linha "Outras Rendimentos sobre participações societárias" da demonstração do resultado.

⁽²⁾ A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para Venda

7.2.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	30/06/2022	31/12/2021
Tupy	ON	900.295	821.036

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

7.2.3 Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	30/04/2022 ⁽¹⁾					01/11/2021 a 30/04/2022 - seis meses ⁽¹⁾				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.953.320	3.536.268	882.571	1.877.618	2.729.399	2.221.177	114.663	-	(158.623)	(43.960)
Iguá	587.624	3.297.057	87.553	1.262.449	2.534.679	170.154	(331.756)	(932)	-	(332.688)
CBO Holding	5.993	1.664.442	114.069	-	1.556.366	309.745	285.579	-	(539.670)	(254.091)
CTC	413.127	1.332.330	108.615	24.840	1.612.002	233.674	72.045	-	251	72.296
Total	2.960.064	9.830.097	1.192.808	3.164.907	8.432.446	2.934.750	140.531	(932)	(698.042)	(558.443)

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

7.2.4 Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas - consolidado

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/06/2022	30/06/2021
Passivo a descoberto nas coligadas – Correspondente a participação da BNDESPAR ⁽¹⁾	872.148	914.901
Perdas não reconhecidas no resultado do período ⁽¹⁾	4.229	14.971

⁽¹⁾ Apurado no investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentadas no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

7.2.5 Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, identificando a necessidade de reversão de R\$ 9.462 e constituição de R\$ 35.347 (totalizando o efeito de R\$ 25.885 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022). No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 não foi identificada a necessidade de constituição ou de reversão da provisão.

7.2.6 Resultado com alienação de investimentos em coligadas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 o resultado com alienações de títulos de renda variável reconhecido na Demonstração do Resultado inclui R\$ 1.301.777 referente alienação de participação societária em coligadas (sendo R\$ 172.672 decorrente de vendas realizadas no 2º trimestre de 2022). Grande parte desse ganho, R\$ 1.129.105, decorre da alienação de ações da JBS (vide item “JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa”).

7.3. Outras participações societárias

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
FGI ⁽¹⁾	84.344	-	14,63	100.000	100.000	100.000	100.000
Total				100.000	100.000	100.000	100.000

⁽¹⁾ Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

7.4. Outros investimentos

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos patrimoniais	296	296	296	296
Obras de arte	244	244	244	244
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118 ⁽¹⁾	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	42.146	42.146	42.146	42.146

⁽¹⁾ Valor contábil líquido de provisões no valor de R\$ 3.502.

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Direitos a receber – Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março de 2020 e fevereiro de 2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%.

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Direitos a receber – Sistema Eletrobras	2.990.602	5.045.893
Total	2.990.602	5.045.893
Circulante	2.990.602	4.549.390
Não circulante	-	496.503

9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	1.160.907	1.280.073	1.160.988	1.280.074
Prêmio de seguro	238.531	263.124	238.612	263.125
Comissão de agente	21.114	23.388	21.114	23.388
Prêmio de seguro financiado	901.262	993.561	901.262	993.561
Material em estoque	1.160	1.187	1.160	1.187
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.288	1.288	2.287	2.287
Total	1.163.355	1.282.548	1.164.435	1.283.548
Circulante	1.162.067	1.281.260	1.163.147	1.282.260
Não circulante	1.288	1.288	1.288	1.288

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos				
País	2.565.326	2.832.950	2.565.326	2.832.950
Exterior	8.413.698	9.007.763	8.413.698	9.007.763
	10.979.024	11.840.713	10.979.024	11.840.713
Repasse				
País				
Tesouro nacional	94.626.278	101.318.093	94.626.278	101.318.093
Fundo Marinha Mercante	21.989.904	24.029.327	21.989.904	24.029.327
Outros	639.369	635.909	639.369	635.909
Exterior - Instituições multilaterais	21.639.582	24.390.216	21.639.582	24.390.216
	138.895.133	150.373.545	138.895.133	150.373.545
Total	149.874.157	162.214.258	149.874.157	162.214.258
Circulante	13.083.143	13.792.663	13.083.143	13.792.663
Não circulante	136.791.014	148.421.595	136.791.014	148.421.595

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras do BNDES.

10.1. Composição

a) Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.659.113	1.833.882
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	906.213	999.068
Total	2.565.326	2.832.950
Circulante	433.388	445.660
Não circulante	2.131.938	2.387.290

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.659.113 em 30 de junho de 2022 – R\$ 371.568 no circulante e R\$ 1.287.545 no não circulante – (R\$ 1.833.882, sendo R\$ 372.270 no circulante e R\$ 1.461.612 no não circulante em 31 de dezembro de 2021) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior - Bonds

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	BNDES e Consolidado	
				30/06/2022	31/12/2021
USD 1,75 bilhão ⁽¹⁾	26/09/2023 ^{(2) (3)}	5,750%	Bank of New York	5.689.909	6.105.452
USD 1 bilhão	09/05/2024 ⁽⁴⁾	4,750%	Bank of New York	2.602.228	2.772.381
Juros provisionados				121.561	129.930
Total				8.413.698	9.007.763
Circulante				120.957	129.930
Não circulante				8.292.741	8.877.833

⁽¹⁾ Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

⁽²⁾ Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽³⁾ Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽⁴⁾ Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021
US\$	15,09	796.999	891.339
US\$ + 3,02%	16,87	4.725.724	5.182.723
SELIC	18,50	12.681.787	3.634.576
TJLP	18,73	75.858.884	90.890.900
TLP	18,73	161.997	243.271
Reais + 3,25%	1,53	11.939	28.092
Juros provisionados		388.948	447.192
Total		94.626.278	101.318.093
Circulante		8.073.104	8.138.152
Não circulante		86.553.174	93.179.941

Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 30 de junho de 2022, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 21.989.904 (R\$ 24.029.327 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 2.160.817 no circulante e R\$ 19.829.087 no não circulante (R\$ 2.306.607 no circulante e R\$ 21.722.720 no não circulante em 31 de dezembro de 2021). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 79% em 30 de junho de 2022 (80% em 31 de dezembro de 2021).

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado	
			30/06/2022	31/12/2021
Japan Bank for International Cooperation – JBIC	YEN/US\$	5,09	1.237.477	1.488.133
Inter-American Development Bank - BID	US\$	14,24	15.784.152	17.613.453
Nordic Investment Bank - NIB	US\$	0,00	-	50.732
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US\$	8,75	2.772.650	3.146.100
Agence Française de Développement - AFD	US\$	4,44	539.514	638.657
New Development Bank - NDB	US\$	6,85	1.222.200	1.395.125
Juros provisionados			83.589	58.016
Total			21.639.582	24.390.216
Circulante			2.294.877	2.772.314
Não circulante			19.344.705	21.617.902

(1) Em 20/12/2021 foi efetuado o pré-pagamento parcial da dívida com o Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 1,56% e 4,31% a.a. em 30 de junho de 2022 e 0,27% e 4,31% em 31 de dezembro de 2021. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Taxas de captação:		
Até 3%	18.094.034	22.932.818
De 3,1 a 5%	3.461.959	1.399.382
Juros provisionados	83.589	58.016
Total	21.639.582	24.390.216

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW e *Agence Française de Développement* – AFD, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

10.2. Composição por vencimento

	BNDES e Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	10.667.309	2.415.834	13.083.143	10.890.419	2.902.244	13.792.663
Entre 1 e 2 anos	8.397.089	9.656.334	18.053.423	9.859.327	2.622.174	12.481.501
Entre 2 e 3 anos	7.939.373	2.095.429	10.034.802	8.146.933	2.504.392	10.651.325
Entre 3 e 5 anos	15.394.399	3.817.313	19.211.712	16.001.880	4.782.400	20.784.280
Entre 5 e 10 anos	34.477.003	4.952.585	39.429.588	35.691.744	6.713.159	42.404.903
Após 10 anos	42.945.704	7.115.785	50.061.489	48.225.976	13.873.610	62.099.586
Total	119.820.877	30.053.280	149.874.157	128.816.279	33.397.979	162.214.258

11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa n.º 26.17.

11.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	321.853.134	303.565.919
FAT - Moeda estrangeira (Cambial - US\$) ⁽¹⁾	26.630.697	29.585.794
	348.483.831	333.151.713
Juros provisionados	8.417.627	7.562.220
Total	356.901.458	340.713.933
Circulante	8.417.627	7.562.220
Não circulante	348.483.831	333.151.713

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

Vide Nota Explicativa n.º 21.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

11.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais – FAT” pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Fomentar	1.849.910	2.059.596
Pronaf	3.226.092	3.441.417
Infraestrutura	1.017.681	1.140.251
Total	6.093.683	6.641.264
Circulante	859.185	939.667
Não circulante	5.234.498	5.701.597

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	Entra-das	30/06/2022											
		Remuneração (Apropriação)				Recolhimento				Saldo			
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	8.383	28.545	-	36.928	8.308	28.031	-	123.154	159.493	126.332	891.349	1.017.681
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	8.383	28.545	-	36.928	8.308	28.031	-	123.154	159.493	126.332	891.349	1.017.681
PRONAF:	-	18.302	18.695	165.952	202.949	16.778	18.841	174.882	207.777	418.278	211.949	3.014.143	3.226.092
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	18.302	18.695	165.952	202.949	16.778	18.841	174.882	207.777	418.278	211.949	3.014.143	3.226.092
FAT FOMENTAR:	-	17.805	2.933	107.044	127.782	17.245	3.040	114.234	202.950	337.469	272.884	1.577.026	1.849.910
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	16.468	672	103.156	120.296	16.074	767	109.837	170.563	297.241	257.958	1.459.218	1.717.176
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	1.337	2.261	3.888	7.486	1.171	2.273	4.397	32.387	40.228	14.926	117.808	132.734
Total	-	44.490	50.173	272.996	367.659	42.331	49.912	289.116	533.881	915.240	611.165	5.482.518	6.093.683

11.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	310.917.202	29.796.731	6.641.264	347.355.197
. Ingresso de recursos	11.138.611	-	-	11.138.611
. Variação cambial	-	(1.865.888)	-	(1.865.888)
. Provisão de juros	10.576.554	187.221	-	10.763.775
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	367.659	367.659
. Capitalização de juros	6.053.631	-	-	6.053.631
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(533.881)	(533.881)
. Pagamento de juros	(9.902.604)	-	(381.359)	(10.283.963)
. Movimentação cambial	1.300.146	(1.300.146)	-	-
Saldo no final do período	330.083.540	26.817.918	6.093.683	362.995.141

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Letras do Tesouro Nacional – LTN	69.347.942	54.228.638	38.110.733	32.944.484
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	12.631.366	32.317.192	4.520.450	2.513.694
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4.846.884	3.922.839	3.462.301	3.604.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	2.695.260	2.599.744	589.755	762.053
Total	89.521.452	93.068.413	46.683.239	39.825.117
Circulante	89.521.452	93.068.413	46.683.239	39.825.117
Não circulante	-	-	-	-

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Fundo Amazônia (FA)	3.827.025	3.672.749	3.827.025	3.672.749
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.414.576	1.383.629	1.414.576	1.383.629
Fundo de Terras (FT)	779.262	880.539	779.262	880.539
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	1.720.934	1.648.266	1.997.570	1.648.266
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	651.186	760.775	651.186	760.775
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	251.757	240.908	251.757	240.908
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	4.858	3.945	4.858	3.945
Outros	1.837	2.358	2.365	276.677
Total	8.651.435	8.593.169	8.928.599	8.867.488

13.2. Diversas

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Provisão de desembolso - Fundo Social	132.498	154.485	132.498	154.485
Provisão de desembolso - FUNTEC	218.732	294.019	218.732	294.019
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	7.120	9.570	7.120	9.570
Operações financeiras a liquidar	152.965	603.228	152.965	603.228
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 19.8)	-	247.178	-	251.427
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 19.8)	1.197	2.282	1.197	2.282
Fornecedores	110.575	102.675	120.987	113.081
Obrigações trabalhistas (pessoal)	418.789	362.903	427.301	370.934
Depósitos a apropriar	5.277	4.607	9.060	11.188
Valores a pagar - FGPC	36.563	50.216	35.266	47.622
Rendas antecipadas - Garantias prestadas (Nota Explicativa n.º 13.2.2)	3.517	-	3.517	-
Outras	17.196	3.717	23.681	48.337
	1.104.429	1.834.880	1.132.324	1.906.173
Não circulante				
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 19.8)	1.086	2.051	1.086	2.051
Garantias financeiras prestadas (Nota Explicativa n.º 13.2.2)	690	910	690	910
Outras	331	-	331	-
	2.107	2.961	2.107	2.961
Total	1.106.536	1.837.841	1.134.431	1.909.134

13.2.1. Depósitos a apropriar

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos para liquidação de operações de crédito	249.627	242.961	513.037	287.910
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	81.461	76.691	81.461	76.691
Outros	56.831	57.838	56.831	57.838
Total	387.919	377.490	651.329	422.439
Circulante	387.919	377.490	651.329	422.439

13.2.2. Garantias Financeiras e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Tipo de Garantia Financeira	BNDES e Consolidado			
	Garantias Prestadas		Provisão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Outros Avais	69.023	90.992	690	910
Total	69.023	90.992	690	910

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.512/2016 e n.º 2.682/1999, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.20.

Movimentação da provisão para Garantias Prestadas

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	910	-
Reversão	(220)	910
Saldo no final do período	690	910

Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência. Até 31 de dezembro de 2021 esses valores estavam registrados na rubrica “Resultados de exercícios futuros” tendo seu saldo reclassificado em função da Resolução BCB n.º 92/2021 a partir de 1º de janeiro de 2022.

14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Debêntures - emissão privada	913.420	1.104.756
Letras Financeiras	1.113.211	1.053.682
Total	2.026.631	2.158.438
Circulante	1.385.693	1.423.552
Não circulante	640.938	734.886

14.1. Debêntures - Emissão privada - (BNDES)

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	195.281	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	452	656
2ª série		
Principal corrigido (TR)	195.281	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	452	656
3ª série		
Principal corrigido (TR)	195.281	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	452	656
4ª série		
Principal corrigido (TR)	195.281	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	452	656
5ª série		
Principal corrigido (TR)	130.187	157.383
Juros provisionados (6% a.a.)	301	437
Total	913.420	1.104.756
Circulante	272.482	369.870
Não circulante	640.938	734.886

14.2. Letras Financeiras - (BNDES)

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	30/06/2022	31/12/2021
Valores de emissão (Principal)	2022	1.000.000	1.000.000
Juros provisionados		113.211	53.682
Total		1.113.211	1.053.682
Circulante		1.113.211	1.053.682
Não circulante		-	-

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitos às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 26.18.

15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.248.613	7.940.380	27.920.848	19.328.002
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(5.961.876)	(3.573.171)	(12.564.382)	(8.697.601)
Ajustes	4.426.819	941.270	9.259.034	4.485.679
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	616.163	(562.096)	(95.091)	(754.894)
· Majoração da alíquota da CSLL	-	266.728	-	266.728
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	2.211.420	1.204.936	7.675.000	4.902.606
· Juros sobre o capital próprio	1.520.477	-	1.520.477	-
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(1.888)	12.191	9.487	30.314
· Outras diferenças permanentes	80.647	19.511	149.161	40.925
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(1.535.057)	(2.631.901)	(3.305.348)	(4.211.922)
· Tributos Correntes	556.954	(2.145.330)	(650.844)	(3.314.389)
· Tributos Diferidos	(2.092.011)	(486.571)	(2.654.504)	(897.533)
Alíquota Efetiva	11,6%	33,1%	11,8%	21,8%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

	BNDES	
	30/06/2022	31/12/2021
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	650.844	4.142.089
Ajustes de períodos anteriores	(610)	11.353
Tributos correntes devidos no período	650.234	4.153.442
(-) Antecipações	(629.779)	(1.636.373)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	20.455	2.517.069

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.471.101	8.491.928	34.379.989	23.477.951
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(6.961.995)	(3.821.368)	(15.470.995)	(10.565.078)
Ajustes	3.204.450	637.919	5.706.506	2.203.207
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(618.183)	(508.218)	(1.261.041)	(745.991)
· Majoração da alíquota da CSLL	-	271.505	-	271.505
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	1.539.711	565.416	2.958.104	1.098.082
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	684.115	289.152	2.343.074	1.517.148
· Juros sobre o capital próprio	1.520.477	-	1.520.477	-
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	3.923	14.467	15.318	32.626
· Outras diferenças permanentes	74.407	5.597	130.574	29.837
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(3.757.545)	(3.183.449)	(9.764.489)	(8.361.871)
· Tributos Correntes	269.516	(2.766.796)	(2.196.554)	(7.659.677)
· Tributos Diferidos	(4.027.061)	(416.653)	(7.567.935)	(702.194)
Alíquota Efetiva	24,3%	37,5%	28,4%	35,6%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	2.196.554	10.630.839
Ajustes de períodos anteriores	(610)	17.232
Tributos correntes devidos no período	2.195.944	10.648.071
(-) Antecipações	(1.516.808)	(6.395.299)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	679.136	4.252.772

15.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.837.553	9.357.074	7.810.090	11.245.397	Recebimento ou efetivação da perda
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	-	-	4.528.643	4.562.474	Alienação de títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	493.639	395.711	493.639	1.021.473	Alienação de títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	122.208	65.098	799.141	668.949	Decisão judicial definitiva
. Participação dos empregados no lucro	-	111.230	-	112.966	Pagamento
. Ágio amortizado	-	-	69.619	69.591	Alienação de títulos
. Outros	399.883	266.282	483.892	342.746	
Subtotal	7.853.283	10.195.395	14.185.024	18.023.596	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	-	-	502.387	877.081	Alienação de títulos
. Perda atuarial – FAMS	-	-	23.321	23.202	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	-	-	525.708	900.283	
Total dos créditos tributários diferidos	7.853.283	10.195.395	14.710.732	18.923.879	
. Circulante	-	-	-	-	
. Não circulante	7.853.283	10.195.395	14.710.732	18.923.879	

Passivo	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(364.498)	(52.106)	(7.109.035)	(3.428.542)	Alienação de títulos
. Outros	-	-	(54.847)	(5.977)	
Subtotal	(364.498)	(52.106)	(7.163.882)	(3.434.519)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(307.071)	(662.856)	(6.314.964)	(8.478.291)	Alienação de títulos
. Ganho atuarial – FAMS	(278.915)	(223.164)	(278.915)	(223.164)	
Subtotal	(585.986)	(886.020)	(6.593.879)	(8.701.455)	
Total dos débitos tributários diferidos					
. Circulante	-	-	-	-	
. Não circulante	(950.484)	(938.126)	(13.757.761)	(12.135.974)	

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES			
	31/12/2021	Constituição	Realização	30/06/2022
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.357.074	1.969.747	(4.489.268)	6.837.553
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	395.711	160.437	(62.509)	493.639
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	65.098	57.336	(226)	122.208
. Participação dos empregados no lucro	111.230	-	(111.230)	-
. Outros	266.282	266.276	(132.675)	399.883
Subtotal	10.195.395	2.453.796	(4.795.908)	7.853.283
Total dos créditos tributários diferidos	10.195.395	2.453.796	(4.795.908)	7.853.283

Passivo	BNDES			
	31/12/2021	Constituição	Realização	30/06/2022
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(52.106)	(322.768)	10.376	(364.498)
Subtotal	(52.106)	(322.768)	10.376	(364.498)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(662.856)	-	355.785	(307.071)
. Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	(55.751)	-	(278.915)
Subtotal	(886.020)	(55.751)	355.785	(585.986)
Total dos débitos tributários diferidos	(938.126)	(378.519)	366.161	(950.484)

Ativo	Consolidado			
	31/12/2021	Constituição	Realização	30/06/2022
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para risco de crédito	11.245.397	3.296.388	(6.731.695)	7.810.090
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.562.474	-	(33.831)	4.528.643
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	1.021.473	160.437	(688.271)	493.639
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	668.949	130.455	(263)	799.141
. Participação dos empregados no lucro	112.966	-	(112.966)	-
. Ágio amortizado	69.591	248.302	(248.274)	69.619
. Outros	342.746	273.821	(132.675)	483.892
Subtotal	18.023.596	4.109.403	(7.947.975)	14.185.024
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	877.081	-	(374.694)	502.387
. Perda atuarial – FAMS	23.202	6.248	(6.129)	23.321
Subtotal	900.283	6.248	(380.823)	525.708
Total dos créditos tributários diferidos	18.923.879	4.115.651	(8.328.798)	14.710.732

Passivo	Consolidado			
	31/12/2021	Constituição	Realização	30/06/2022
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.428.542)	(4.422.665)	742.172	(7.109.035)
. Outros	(5.977)	(51.813)	2.943	(54.847)
Subtotal	(3.434.519)	(4.474.478)	745.115	(7.163.882)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(8.478.291)	-	2.163.327	(6.314.964)
. Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	(55.751)	-	(278.915)
Subtotal	(8.701.455)	(55.751)	2.163.327	(6.593.879)
Total dos débitos tributários diferidos	(12.135.974)	(4.530.229)	2.908.442	(13.757.761)

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	BNDES			
	31/12/2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2022
Créditos tributários diferidos	10.195.395	(2.342.112)	-	7.853.283
Débitos tributários diferidos	(938.126)	(312.392)	300.034	(950.484)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	9.257.269	(2.654.504)	300.034	6.902.799

	BNDES			
	31/12/2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2021
Créditos tributários diferidos	12.278.970	(1.072.796)	(32.750)	11.173.424
Débitos tributários diferidos	(4.132.590)	175.263	1.640.705	(2.316.622)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	8.146.380	(897.533)	1.607.955	8.856.802

	Consolidado			
	31/12/2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2022
Créditos tributários diferidos	18.923.879	(3.838.572)	(374.575)	14.710.732
Débitos tributários diferidos	(12.135.974)	(3.729.363)	2.107.576	(13.757.761)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	6.787.905	(7.567.935)	1.733.001	952.971

	Consolidado			
	31/12/2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2021
Créditos tributários diferidos	20.853.756	(719.765)	(172.102)	19.961.889
Débitos tributários diferidos	(19.150.606)	17.571	4.929.993	(14.203.042)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	1.703.150	(702.194)	4.757.891	5.758.847

d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 30 de junho de 2022 não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 4.053.106 dos quais R\$ 5.051.911 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 4.070.055 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$ 4.956.482 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado) e no Consolidado R\$ 6.027.106 dos quais R\$ 7.054.579 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 5.130.007 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$ 5.992.686 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

30/06/2022										
	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	1.514.598	19,29%	(798.361)	84,00%	716.237	5.069.547	34,46%	(7.038.205)	51,16%	(1.968.658)
2023	767.375	9,77%	(422.603)	44,46%	344.772	3.261.994	22,17%	(6.567.674)	47,74%	(3.305.680)
2024	645.644	8,22%	62.953	-6,62%	708.597	745.740	5,07%	62.936	-0,46%	808.676
2025	1.818.096	23,15%	89.713	-9,44%	1.907.809	2.203.549	14,98%	126.092	-0,92%	2.329.641
2026	740.397	9,43%	12.346	-1,30%	752.743	772.591	5,25%	12.346	-0,09%	784.937
2027 a 2031	2.741.882	34,91%	56.987	-6,00%	2.798.869	3.032.020	20,61%	56.989	-0,41%	3.089.009
Após 2031*	(374.709)	(0,05)	48.481	-5,10%	(326.228)	(374.709)	-2,55%	(410.245)	2,98%	(784.954)
Total	7.853.283	100%	(950.484)	100%	6.902.799	14.710.732	100%	(13.757.761)	100%	952.971
Valor Presente	5.482.268		(914.169)		4.568.099	11.267.361		(11.835.461)		(568.100)

31/12/2021										
	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	2.232.719	21,89%	(246.018)	26,22%	1.986.701	7.389.028	39,04%	(5.542.782)	45,66%	1.846.246
2023	955.102	9,37%	(248.119)	26,45%	706.983	3.634.963	19,21%	(5.439.001)	44,82%	(1.804.038)
2024	952.119	9,34%	(289.607)	30,87%	662.512	1.033.669	5,46%	(289.607)	2,39%	744.062
2025	2.327.045	22,81%	48.699	-5,19%	2.375.744	2.760.943	14,59%	48.699	-0,40%	2.809.642
2026	867.920	8,51%	5.906	-0,63%	873.826	918.840	4,86%	5.906	-0,05%	924.746
2027 a 2031	3.196.356	31,34%	28.467	-3,03%	3.224.823	3.522.302	18,61%	28.467	-0,23%	3.550.769
Após 2031*	(335.866)	-3,26%	(237.454)	25,31%	(573.320)	(335.866)	-1,77%	(947.656)	7,81%	(1.283.522)
Total	10.195.395	100,00%	(938.126)	100,00%	9.257.269	18.923.879	100,00%	(12.135.974)	100,00%	6.787.905
Valor Presente	7.206.977		(678.430)		6.528.547	14.787.876		(10.172.140)		4.615.736

(*) Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	181.002	2.173	210.517	24.904
Imposto de renda retido na fonte	9.144	23.572	688.883	325.704
Outros	5.459	4.446	6.987	5.974
Total no Ativo Circulante	195.605	30.191	906.387	356.582

16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.19.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	84.282	75.770	109.276	98.565
Processos cíveis	187.903	69.455	2.151.448	1.820.395
Total	272.185	145.225	2.260.724	1.918.960
Circulante	2.791	2.038	818.806	754.486
Não circulante	269.394	143.187	1.441.918	1.164.474

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	30/06/2022			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Até 1 ano	120	120	2.671	818.686
Entre 1 e 2 anos	44.489	65.779	809	809
Entre 2 e 3 anos	12.908	14.616	115.433	237.231
Entre 3 e 5 anos	25.324	27.320	68.378	1.089.592
Entre 5 e 10 anos	1.441	1.441	612	5.130
Após 10 anos	-	-	-	-
Total	84.282	109.276	187.903	2.151.448

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 128 processos judiciais em andamento no BNDES e 142 no consolidado, referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no período:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	75.770	63.584	98.565	84.251
Pagamentos	(698)	(1.737)	(698)	(1.737)
Constituições	9.210	15.562	11.409	17.803
Reversões	-	(1.639)	-	(1.752)
Saldo no final do período	84.282	75.770	109.276	98.565

Em 30 de junho de 2022, havia 10 processos judiciais em andamento no BNDES e 16 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 6.789 e R\$ 7.096 no BNDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, havia 13 processos judiciais em andamento no BNDES e 20 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 7.419 e R\$ 9.420 no BNDES e Consolidado, respectivamente.

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 25 processos (35 no Consolidado), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	69.455	67.953	1.820.395	1.677.396
Pagamentos	(144)	(22)	(143)	(42)
Constituições	118.592	7.541	331.196	152.205
Reversões	-	(6.017)	-	(9.164)
Saldo no final do período	187.903	69.455	2.151.448	1.820.395

Em 30 de junho de 2022, havia 35 processos judiciais em andamento no BNDES e 53 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 146.340 e R\$ 1.327.348 no BNDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, havia 31 processos judiciais em andamento no BNDES e 49 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 252.409 e R\$ 1.516.670 no BNDES e Consolidado, respectivamente.

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 26.15

17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivo atuarial – PBB	1.324.826	1.553.281	1.558.509	1.920.688
Passivo atuarial – PAS	2.761.041	3.029.412	3.368.657	3.634.405
	4.085.867	4.582.693	4.927.166	5.555.093
Circulante				
Passivo atuarial – PBB	317.557	283.335	407.799	363.885
Passivo atuarial – PAS	49.539	43.867	81.156	72.407
	367.096	327.202	488.955	436.292
Não circulante				
Passivo atuarial – PBB	1.007.269	1.269.946	1.150.710	1.556.803
Passivo atuarial – PAS	2.711.502	2.985.545	3.287.501	3.561.998
	3.718.771	4.255.491	4.438.211	5.118.801

17.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 31 de maio de 2022 e atualizada até 30 de junho de 2022.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	14.258.462	15.482.712	17.216.419	18.623.309
Valor justo dos ativos do plano	(11.608.810)	(12.376.149)	(14.099.401)	(14.781.934)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	2.649.652	3.106.563	3.117.018	3.841.375
Efeito do compartilhamento de risco	(1.324.826)	(1.553.282)	(1.558.509)	(1.920.687)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.324.826	1.553.281	1.558.509	1.920.688

A partir de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetarem o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor presente no início do exercício	15.482.712	18.310.573	18.623.309	21.771.479
Custo do serviço corrente	133.008	434.908	133.888	438.392
Custo de juros	590.125	1.202.450	709.028	1.419.510
Contribuição dos participantes do plano	58.666	102.020	59.520	104.658
Benefícios pagos	(324.943)	(647.206)	(425.037)	(834.615)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.193.490)	(3.920.033)	(1.396.673)	(4.276.115)
Mudança de premissas (Cresc. salarial)	-	(372.105)	-	(372.967)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(833.420)	(4.475.250)	(947.574)	(5.049.816)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	-	-	-
Ajuste de experiência	(360.070)	927.322	(449.099)	1.146.668
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	(487.616)	-	(487.616)	-
Valor presente no final do período	14.258.462	15.482.712	17.216.419	18.623.309

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da FAPES.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor justo no início do exercício	12.376.149	12.408.837	14.781.934	14.812.141
Receita de juros	517.353	947.253	620.428	1.123.941
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(561.014)	(613.736)	(494.437)	(630.063)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	99.343	178.981	113.737	205.872
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	58.666	102.020	59.520	104.658
Benefícios pagos	(324.943)	(647.206)	(425.037)	(834.615)
Benefícios brutos	(369.725)	(731.261)	(483.360)	(942.923)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	44.782	84.055	58.323	108.308
Outros (mudança de estimativa) ⁽³⁾	(556.744)	-	(556.744)	-
Valor justo no final do período	11.608.810	12.376.149	14.099.401	14.781.934

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 103.448 (R\$ 117.842 para o consolidado).

⁽³⁾ Refere-se a exclusão de participantes da FAPES.

A contribuição estimada do BNDES com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 205.639 (R\$ 235.435 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 16,17 anos em 30 de junho de 2022 (16,81 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 30 de junho de 2022 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	824.214	830.648	846.140	1.736.495	4.589.325	52.948.424	61.775.246
Consolidado	1.073.832	1.078.031	1.092.483	2.223.983	5.757.973	56.133.506	67.359.808

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	871.427	871.813	882.717	1.814.571	4.764.700	53.740.972	62.946.200
Consolidado	1.123.015	1.122.621	1.131.156	2.308.592	5.952.718	57.060.322	68.698.424

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custo do serviço corrente	(66.715)	(107.775)	(133.008)	(213.706)
Custo dos juros da obrigação	(291.483)	(278.760)	(590.125)	(545.179)
Receita de juros dos ativos	252.693	220.999	517.353	434.887
Subtotal	(105.505)	(165.536)	(205.780)	(323.998)
Contribuições recebidas do empregador	48.600	44.000	99.343	82.032
Outros (mudança de estimativa)	(54.420)	-	(54.420)	-
Total	(111.325)	(121.536)	(160.857)	(241.966)

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custo do serviço corrente	(67.160)	(108.638)	(133.888)	(215.418)
Custo dos juros da obrigação	(351.683)	(329.796)	(709.028)	(646.366)
Receita de juros dos ativos	304.862	262.611	620.428	517.536
Subtotal	(113.981)	(175.823)	(222.488)	(344.248)
Contribuições recebidas do empregador	55.763	50.326	113.737	94.011
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	(54.420)	-	(54.420)	-
Total	(112.638)	(125.497)	(163.171)	(250.237)

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da FAPES.

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	BNDES		Consolidado ⁽¹⁾	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	2.912.984	1.004.290	2.922.428	835.374
Ganhos (Perdas) atuariais	1.193.490	3.920.033	1.396.673	4.276.115
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(561.014)	(613.736)	(494.437)	(630.063)
Saldo no final do período	3.545.460	4.310.587	3.824.664	4.481.426
Efeito do compartilhamento de risco ⁽²⁾	(263.020)	(1.397.603)	(396.743)	(1.558.998)
Outros (mudança de estimativa) ⁽³⁾	19.856	-	19.856	-
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	3.302.296	2.912.984	3.447.777	2.922.428

⁽¹⁾ Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

⁽²⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos períodos findos.

⁽³⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da FAPES.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	BNDES							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	51.491	10.141.759	377.495	10.570.745	49.104	10.838.390	450.702	11.338.196
Ações	-	411.280	-	411.280	-	338.447	-	338.447
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	9.730.479	-	9.730.479	-	10.499.943	-	10.499.943
Participações	-	-	377.495	377.495	-	-	450.702	450.702
Fundos imobiliários	51.491	-	-	51.491	49.104	-	-	49.104
Imóveis ¹	-	-	683.775	683.775	-	-	752.139	752.139
Locados a terceiros	-	-	629.768	629.768	-	-	694.036	694.036
Locados aos patrocinadores	-	-	54.007	54.007	-	-	58.103	58.103
Empréstimos e financiamentos	-	-	388.130	388.130	-	-	392.355	392.355
Subtotal	51.491	10.141.759	1.449.400	11.642.650	49.104	10.838.390	1.595.196	12.482.690
Outros ativos não avaliados a valor justo ²				72.422				78.332
Outras deduções ³				(191.136)				(239.738)
Total em 31/05/2022 e 30/11/2021				11.523.936				12.321.284
Atualização de data-base ⁴				84.874				54.865
Total				11.608.810				12.376.149

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 5.854 em 30 de junho de 2022 (R\$ 14.333 em 31 de dezembro de 2021).

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/05/2022 para 30/06/2022. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/06/2022.

Ativos por categoria	Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	62.575	12.324.799	458.753	12.846.127	58.678	12.951.609	538.578	13.548.865
Ações	-	499.809	-	499.809	-	404.435	-	404.435
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	11.824.990	-	11.824.990	-	12.547.174	-	12.547.174
Participações	-	-	458.753	458.753	-	-	538.578	538.578
Fundos imobiliários	62.575	-	-	62.575	58.678	-	-	58.678
Imóveis ¹	-	-	830.959	830.959	-	-	898.787	898.787
Locados a terceiros	-	-	765.327	765.327	-	-	829.356	829.356
Locados aos patrocinadores	-	-	65.632	65.632	-	-	69.431	69.431
Empréstimos e financiamentos	-	-	471.676	471.676	-	-	468.855	468.855
Subtotal	62.575	12.324.799	1.761.388	14.148.762	58.678	12.951.609	1.906.220	14.916.507
Outros ativos não avaliados a valor justo ²				88.011				93.605
Outras deduções ³				(232.278)				(286.481)
Total em 31/05/2022 e 30/11/2021				14.004.495				14.723.631
Atualização de data-base ⁴				94.906				58.303
Total				14.099.401				14.781.934

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 7.114 em 30 de junho de 2022 (R\$ 17.128 em 31 de dezembro de 2021).

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/05/2022 para 30/06/2022. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/06/2022.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 30 de junho de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.657.999)	(11,63%)	(1.896.332)	(11,01%)
Redução de 1% a.a.	2.073.997	14,55%	2.351.839	13,66%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	271.590	1,90%	335.018	1,95%
Redução de 1 ano na idade	(278.838)	(1,96%)	(344.108)	(2,00%)
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	623.143	4,37%	625.024	3,63%
Redução de 1% a.a.	(545.699)	(3,83%)	(547.505)	(3,18%)

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	997.578	966.346	1.274.916	1.235.001
Contratos de 2004 ⁽²⁾	67.275	65.489	92.726	90.266
Total	1.064.853	1.031.835	1.367.642	1.325.267

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos. Em 01/06/2022, em atendimento à determinação do Ministro Relator, a SecexFinanças expediu instrução com avaliação acerca do impacto efetivo de eventual ressarcimento no déficit técnico do PBB. Atualmente, o processo está sob avaliação do Ministro Relator para elaboração de voto e, posteriormente, encaminhamento ao Plenário do TCU para julgamento.

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. Em 20/05/2022, foi proferida decisão deferindo prova pericial e nomeando perito.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto de 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

17.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações não fundeadas	2.761.041	3.029.412	3.368.657	3.634.405
Passivo líquido	2.761.041	3.029.412	3.368.657	3.634.405

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207
Custo do serviço corrente	63.524	213.771	65.048	217.993
Custo de juros da obrigação	125.406	331.899	151.833	389.500
Perdas (Ganhos) atuariais	(169.620)	(1.492.228)	(180.513)	(1.671.492)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(238.210)	(1.364.936)	(269.975)	(1.524.839)
Ajuste de experiência	68.590	(127.292)	89.462	(146.653)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	-	-	-
Benefícios pagos	(38.577)	(82.064)	(53.012)	(110.803)
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	(249.104)	-	(249.104)	-
Saldo no final do exercício	2.761.041	3.029.412	3.368.657	3.634.405

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da FAPES.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custo do serviço corrente	(30.717)	(52.975)	(63.524)	(105.043)
Custo dos juros da obrigação	(59.666)	(82.646)	(125.406)	(147.317)
Subtotal	(90.383)	(135.621)	(188.930)	(252.360)
Benefícios pagos	12.460	18.469	38.577	36.381
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	294.833	-	294.833	-
Total	216.910	(117.152)	144.480	(215.979)

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custo do serviço corrente	(31.488)	(54.021)	(65.048)	(107.118)
Custo dos juros da obrigação	(73.167)	(96.771)	(151.833)	(173.702)
Subtotal	(104.655)	(150.792)	(216.881)	(280.820)
Benefícios pagos	18.123	24.750	53.012	48.195
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	294.833	-	294.833	-
Total	208.301	(126.042)	130.964	(232.625)

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da FAPES.

Os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado ⁽¹⁾	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício	495.921	(996.307)	352.453	(1.319.039)
Ganhos (Perdas) atuariais	169.620	1.492.228	180.513	1.671.492
Outros (mudança de estimativa) ⁽²⁾	(45.730)	-	(45.730)	-
Saldo no final do período	619.811	495.921	487.236	352.453

⁽¹⁾ Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

⁽²⁾ Refere-se a exclusão de participantes da FAPES.

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 74.334 (R\$ 106.889 no consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 23,24 anos em 30 de junho de 2022 (24,72 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 30 de junho de 2022 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	74.334	78.427	83.039	182.103	564.451	20.138.505	21.120.859
Consolidado	106.889	111.904	117.916	255.606	767.074	21.266.050	22.625.439

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	74.779	78.488	82.852	181.057	562.004	21.070.486	22.049.666
Consolidado	104.184	109.370	114.629	248.357	749.428	22.178.492	23.504.460

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 30 de junho de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(454.216)	-16,45%	(518.354)	-15,39%
Redução de 1% a.a.	604.042	21,88%	682.547	20,26%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	102.385	3,71%	125.284	3,72%
Redução de 1 ano na idade	(101.779)	-3,69%	(124.455)	-3,69%
Taxa de variação dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	601.870	21,80%	680.104	20,19%
Redução de 1% a.a.	(460.546)	-16,68%	(525.616)	-15,60%

17.2. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/06/2022	31/12/2021
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagradada em 60%	Álvaro Vindas desagradada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	2,66% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,59% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,25% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,18% a.a.
Taxa de desconto nominal	9,37% a.a.	8,92% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	9,37% a.a.	8,92% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,67% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 20/06/2022 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 5,89% a.a. em 30/06/2022, representando aumento de 0,22 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

17.3. Processos Judiciais e Contingências

		30/06/2022		31/12/2021	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	19.367	62	20.030	81
	Quantidade	19	7	22	7
Classificação: Possível	Valor	22.868	269	79.508	260
	Quantidade	60	9	59	9

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 19.367 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 62 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 22.868 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 269 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

17.4. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Vale transporte	5	-	5	-
Vale-refeição	7.842	8.665	15.704	17.549
Assistência Educacional	3.849	4.013	7.655	7.983
Total	11.696	12.678	23.364	25.532

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Vale transporte	10	-	10	-
Vale-refeição	15.684	14.205	31.407	28.769
Assistência Educacional	7.698	6.579	15.311	13.086
Total	23.392	20.784	46.728	41.855

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O tratamento contábil dos itens componentes do patrimônio líquido estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.21.

18.1 Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Em 2021 houve um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, oriunda da destinação do resultado de 2020, no montante de R\$ 7.858.968, sem emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 26 de abril de 2021 e autorizado pelo BACEN em julho de 2021, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003. Dessa forma o capital passou a ser de R\$ 61.842.148.

Está em curso um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 12.946.254, sem emissão de novas ações, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 29 de abril de 2022. Uma vez que o pleito para o aumento de capital seja autorizado pelo BACEN, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003, o capital passará a ser de R\$ 74.788.402.

18.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	30/06/2022	31/12/2021
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	285.346	2.453.665
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	3.643.194	3.185.740
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de controladas	36.226	(110.820)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	15.705	15.978
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda	11.753.051	14.864.553
De títulos próprios	11.753.051	14.797.281
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)	-	67.272
Total	15.733.522	20.409.116
Ajustes de avaliação patrimonial - próprios	15.396.245	17.983.021
Ajustes de avaliação patrimonial - de coligadas e controladas	337.277	2.426.095

18.3 Pagamento de dividendos

Durante o primeiro semestre de 2022, e exercício de 2021 o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

30/06/2022			
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (*)
Dividendos complementares	2020	3.805.877	4.187.760
Dividendos complementares na forma de juros sobre o capital próprio (JCP)	2020	3.070.720	3.378.837
Dividendos complementares	2021	10.732.306	11.312.008
Total		17.608.903	18.878.605

2021			
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (*)
Dividendos mínimos obrigatórios na forma de juros sobre o capital próprio	2020	3.186.745	3.210.973
Dividendos mínimos obrigatórios	2020	1.725.110	1.738.225
Dividendos mínimos obrigatórios intermediários na forma de juros sobre o capital próprio	1º semestre/2021	3.621.404	3.590.069
Dividendos complementares intermediários na forma de juros sobre o capital próprio	1º semestre/2021	310.501	307.814
Dividendos complementares intermediários	1º semestre/2021	4.755.171	4.718.283
Total		13.598.931	13.565.364

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado na Resolução CMN n.º 4.818/2020 no artigo 4º inciso II.

19.1. Transações com controladas

As seguintes operações entre as empresas, incluídas na consolidação, foram eliminadas nas demonstrações consolidadas:

	30/06/2022			31/12/2021		
	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total
Ativo						
Operações de repasses	75.840.612	10.035	75.850.647	76.790.591	-	76.790.591
. Moeda nacional	54.801.678	10.035	54.811.713	53.258.851	-	53.258.851
. Moeda estrangeira	21.038.934	-	21.038.934	23.531.740	-	23.531.740
Dividendos a receber	-	-	-	228.580	4.668.148	4.896.728
Pagamentos a ressarcir	9.732	86.588	96.320	59.935	124.713	184.648
Outros créditos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Operações compromissadas	2.164.637	40.673.576	42.838.213	2.613.383	50.629.913	53.243.296
Moeda nacional	2.164.637	40.673.576	42.838.213	2.613.383	50.629.913	53.243.296
Outras obrigações	-	1	1	-	1	1

	Três meses findos					
	30/06/2022			30/06/2021		
	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total
Receitas						
Operações de repasses	3.952.437	35	3.952.472	(1.867.054)	-	(1.867.054)
. Moeda nacional	1.879.655	35	1.879.690	1.063.975	-	1.063.975
. Moeda estrangeira	2.072.782	-	2.072.782	(2.931.029)	-	(2.931.029)
Outras receitas	42.428	955.012	997.440	347	78.838	79.185
Despesas	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas	(83.920)	(1.581.177)	(1.665.097)	(40.444)	(349.077)	(389.521)

	Seis meses findos					
	30/06/2022			30/06/2021		
	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total
Receitas						
Operações de repasses	1.889.187	35	1.889.222	1.636.083	-	1.636.083
. Moeda nacional	3.213.191	35	3.213.226	2.269.621	-	2.269.621
. Moeda estrangeira	(1.324.004)	-	(1.324.004)	(633.538)	-	(633.538)
Outras receitas	47.970	1.068.193	1.116.163	769	92.517	93.286
Despesas						
Operações compromissadas	(126.307)	(2.821.378)	(2.947.685)	(49.223)	(574.639)	(623.862)

19.2. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6)	118.479.428	87.605.517	118.515.178	87.646.614
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 19.2.1)	1.071.514	1.132.610	1.870.070	2.033.029
Passivo				
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa n.º 10.1.c)	94.626.278	101.318.093	94.626.278	101.318.093
Outras obrigações com STN	121	1.707	540	3.880
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 19.2.3)	9.010.582	23.096.847	9.010.582	23.096.847

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado				
Resultado com títulos públicos federais	3.136.088	337.249	4.260.844	1.022.086
Receitas com outros créditos – equalização	956.520	515.282	1.646.794	1.112.550
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(2.173.638)	(1.256.979)	(3.040.584)	(3.161.042)
Despesas com outras obrigações – equalização	(11)	(3.385)	(70)	(8.548)

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado				
Resultado com títulos públicos federais	3.134.134	337.211	4.257.083	1.022.920
Receitas com outros créditos – equalização	1.673.094	942.635	2.861.137	2.088.695
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(2.173.638)	(1.256.979)	(3.040.584)	(3.161.042)
Despesas com outras obrigações – equalização	(76)	(6.134)	(256)	(15.043)

19.2.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	1.006.278	1.070.556	1.804.834	1.970.975
Outros créditos	65.236	62.054	65.236	62.054
Total	1.071.514	1.132.610	1.870.070	2.033.029

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, os valores de equalização do Programa de Sustentação do Investimento - PSI serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

A composição dos saldos é a seguinte:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valores Apurados em:				
2021	1.003.907	-	1.800.432	-
2020	364	1.068.523	458	1.967.399
Anteriores a 2020	2.007	2.033	3.944	3.576
Total	1.006.278	1.070.556	1.804.834	1.970.975

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	BNDES					
	30/06/2022			31/12/2021		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	103.417	967.139	1.070.556	137.645	544.129	681.774
. Valores apurados nos períodos	123.253	1.517.151	1.640.404	201.263	2.412.545	2.613.808
. Atualização Monetária	-	27	27	-	1.150	1.150
. Recebimentos	(103.215)	(1.601.398)	(1.704.613)	(235.491)	(1.990.521)	(2.226.012)
. Outras	(30)	(66)	(96)	-	(164)	(164)
Saldo no final do período	123.425	882.853	1.006.278	103.417	967.139	1.070.556

	Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	302.647	1.668.328	1.970.975	446.679	830.366	1.277.045
. Valores apurados nos períodos	315.264	2.539.447	2.854.711	625.315	4.122.564	4.747.879
. Atualização Monetária	-	62	62	-	1.667	1.667
. Recebimentos	(302.297)	(2.718.520)	(3.020.817)	(769.347)	(3.286.118)	(4.055.465)
. Outras	(30)	(67)	(97)	-	(151)	(151)
Saldo no final do período	315.584	1.489.250	1.804.834	302.647	1.668.328	1.970.975

19.2.2 Repasses no país – Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 10.1.c.

19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 30 de junho de 2022 dos quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021, três deles haviam sido liquidados em sua totalidade e um permanecia inalterado:

Em vigor:

- (i) Contratos n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760.

Liquidados:

- (ii) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R\$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna. Em 1º de julho de 2021, o BNDES efetuou a liquidação parcial desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 13.500.000. Em 7 de junho de 2022, o BNDES efetuou a liquidação total do saldo remanescente desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 1.500.000.

(iii) Contrato n.º 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 6.807.216. Em 7 de junho de 2022, o BNDES efetuou a liquidação total desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 6.807.216.

(iv) Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 5.000.000. Em 7 de junho de 2022, o BNDES efetuou a liquidação total desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	31/12/2021	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	Amortização	30/06/2022
Em vigor						
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	9.150.884	284.978	425.280	-	9.010.582
Liquidados						
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	1.572.000	1.057	73.057	1.500.000	-
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	7.133.963	4.798	331.545	6.807.216	-
Variável, limitada à TJLP	1018/PGFN/CAF	5.240.000	3.524	243.524	5.000.000	-
Total		23.096.847	294.357	1.073.406	13.307.216	9.010.582
Circulante		1.057.871				278.823
Não circulante		22.038.976				8.731.759

19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativo	51.644.778	56.566.045	52.301.069	58.749.026
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	45.030.371	48.206.967	49.657.573	54.199.593
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(551.106)	(700.359)	(551.644)	(700.998)
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	4.071.002	3.909.635	-	-
Direitos a receber - Eletrobras	2.990.602	5.045.893	2.990.602	5.045.893
Outros	103.909	103.909	204.538	204.538
Passivo	398.298.278	384.657.902	398.575.442	384.932.221
Empréstimos e repasses no país	25.192.784	27.496.508	25.192.784	27.496.508
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.651.435	8.593.169	8.928.599	8.867.488
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	356.901.458	340.713.933	356.901.458	340.713.933
FAT Depósito especial	6.093.683	6.641.264	6.093.683	6.641.264
Emissão de debêntures	913.420	1.104.756	913.420	1.104.756
Outros	545.498	108.272	545.498	108.272

19.4. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 30 de junho de 2022, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 132.501 e a receita com os serviços foram de R\$ 46.584.

19.5. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 17:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivo				
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.324.826	1.553.281	1.558.509	1.920.688
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	2.761.041	3.029.412	3.368.657	3.634.405
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	3.302.296	2.912.984	3.302.296	2.912.984
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	619.811	495.921	619.811	495.921

	BNDES				Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos		Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas								
PBB	(111.325)	(121.536)	(160.857)	(241.966)	(112.639)	(125.497)	(163.171)	(250.237)
PAS	216.910	(117.153)	144.480	(215.979)	208.301	(126.042)	130.964	(232.625)

19.6. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 7.2. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				
Direitos e recebíveis	9.710	10.414	9.710	10.414
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(97)	(104)	(97)	(104)

19.7. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Benefícios de curto prazo:				
Honorários, benefícios e encargos	8.611	7.985	8.611	7.985
RVA (Parcela à vista)	1.089	-	1.089	-
Benefícios pós emprego:				
Remuneração compensatória – quarentena	380	-	380	-
Benefícios de Longo Prazo:				
RVA (Parcelas diferidas)	988	-	988	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:				
Férias proporcionais e indenizadas	-	152	-	152

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2022		30/06/2021		30/06/2022		30/06/2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	85,21	80,84	76,79	80,84	85,21	80,84	76,79
Menor Salário	8,10	4,66	8,10	4,20	8,10	4,66	8,10	4,20
Salário Médio	35,13	36,53	34,97	31,96	35,13	36,56	34,97	31,99

19.8. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Adminis- tração	Empre- gados	Adminis- tração	Empre- gados	Adminis- tração	Empre- gados	Adminis- tração	Empre- gados
Saldo no início do exercício	4.333	247.178	4.210	240.864	4.333	251.427	4.210	247.735
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	27	10.351	(157)	(21.152)	27	10.522	(157)	(21.624)
Pagamentos realizados	(2.077)	(257.529)	(2.100)	(219.712)	(2.077)	(261.949)	(2.100)	(226.111)
Ajuste provisão RVAs - diferidas (*)	-	-	237	-	-	-	237	-
Provisão do período	-	-	2.143	247.178	-	-	2.143	251.427
Saldo no fim do período	2.283	-	4.333	247.178	2.283	-	4.333	251.427

(*) O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	BNDES e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
2022	217	2.282
2023	980	976
2024	723	718
2025	363	357
Total	2.283	4.333

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE

20.1. Informação Por Segmento

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 26.16, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES referentes ao primeiro semestre de 2022, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior:

	Consolidado				
	30/06/2022				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	25.079.214	-	-	-	25.079.214
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.401.494	-	10.425.553	-	13.827.047
Despesas de Captação	(20.413.749)	(4.101.478)	972.426	-	(23.542.801)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(692.758)	-	(692.758)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.066.959	(4.101.478)	10.705.221	-	14.670.702
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.036.303	-	68.551	-	2.104.854
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.103.262	(4.101.478)	10.773.772	-	16.775.556
Resultado com Participações Societárias	-	21.025.368	-	-	21.025.368
Despesas Administrativas e com Pessoal	(1.091.945)	(132.192)	(69.330)	-	(1.293.467)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.793.328)	(169.519)	(164.621)	-	(2.127.468)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.217.989	16.622.179	10.539.821	-	34.379.989
Tributos sobre o Lucro	(2.306.797)	(2.790.568)	(3.575.116)	(1.092.008)	(9.764.489)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.911.192	13.831.611	6.964.705	(1.092.008)	24.615.500
ATIVOS	460.017.002	67.369.249	191.563.899	14.710.732	733.660.882
Investimentos em coligadas (MEP)	-	1.835.828	-	-	1.835.828

	Consolidado				
	30/06/2021				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	18.008.590	-	-	-	18.008.590
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	4.513.060	-	3.539.765	-	8.052.825
Despesas de Captação	(13.123.804)	(852.166)	(929.808)	-	(14.905.778)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(119.177)	-	(119.177)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.397.846	(852.166)	2.490.780	-	11.036.460
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	962.511	-	81.803	-	1.044.314
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.360.357	(852.166)	2.572.583	-	12.080.774
Resultado com Participações Societárias	-	14.040.961	-	-	14.040.961
Despesas Administrativas e com Pessoal	(932.573)	(100.840)	(73.572)	-	(1.106.985)
Outras despesas, líquidas	(947.957)	(725.740)	136.898	-	(1.536.799)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.479.827	12.362.215	2.635.909	-	23.477.951
Tributos sobre o Lucro	(3.744.409)	(3.249.125)	(1.095.386)	(272.951)	(8.361.871)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.735.418	9.113.090	1.540.523	(272.951)	15.116.080
ATIVOS	439.598.070	71.675.018	197.224.889	19.961.889	728.459.866
Investimentos em coligadas (MEP)	-	11.334.610	-	-	11.334.610

20.2. Resultados Recorrentes

Em atendimento a Resolução BCB n.º 2/2020, apresentamos a reconciliação dos resultados recorrentes e não recorrentes do Sistema BNDES referente ao período findo em 30 de junho de 2022, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. As definições sobre resultado recorrente e não recorrente podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.23.

	30/06/2022			30/06/2021		
	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente
Receita com Operações de Crédito e Repasses	25.079.214	-	25.079.214	18.008.590	-	18.008.590
Receita com Títulos e Valores Mobiliários	13.827.047	2.876.299	10.950.748	8.052.825	3.811.190	4.241.635
Despesas de Captação	(23.542.801)	-	(23.542.801)	(14.905.777)	-	(14.905.777)
Efeito Líquido do Câmbio	(692.758)	-	(692.758)	(119.177)	-	(119.177)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.670.702	2.876.299	11.794.403	11.036.461	3.811.190	7.225.271
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	2.104.854	-	2.104.854	1.044.313	-	1.044.313
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.775.556	2.876.299	13.899.257	12.080.774	3.811.190	8.269.584
Resultado com Participações Societárias	21.025.368	13.066.726	7.958.642	14.040.961	12.136.113	1.904.848
Despesas Administrativas e com Pessoal	(1.293.467)	-	(1.293.467)	(1.106.985)	-	(1.106.985)
Outras Despesas, Líquidas	(2.127.468)	(450.738)	(1.676.730)	(1.536.799)	(950.127)	(586.672)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	34.379.989	15.492.287	18.887.702	23.477.951	14.997.176	8.480.775
Tributos sobre o Lucro	(9.764.489)	(6.120.167)	(3.644.322)	(8.361.871)	(5.236.236)	(3.125.635)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	24.615.500	9.372.120	15.243.380	15.116.080	9.760.940	5.355.140
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	-	2.104.854	(2.104.854)	-	1.044.314	(1.044.314)
Tributos sobre a PRC	-	(1.334.019)	1.334.019	-	(469.474)	469.474
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE, AJUSTADO PELA PRC	24.615.500	10.142.955	14.472.545	15.116.080	10.335.780	4.780.300

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes, embora relacionados aos negócios da Companhia, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

O resultado com participações societárias não recorrente refere-se a operações recentes de alienação de investimentos e resultados obtidos com investimentos em coligadas, que possuem caráter esporádico e não permanente.

A receita com Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de investimentos em ações Disponíveis para a Venda compõe o Resultado com Participações Societárias e é classificada, pela metodologia vigente, como evento recorrente. O aumento expressivo desta receita gerou um impacto extraordinário no resultado recorrente dos períodos apresentados. Caso fosse desconsiderada, o lucro líquido recorrente seria de R\$ 7.504.803 (R\$ 6.733.968 ajustado pela PRC) em 30/06/2022 e R\$ 3.325.737 em 30/06/2021 (R\$ 2.750.897 ajustado pela PRC).

A provisão para risco de crédito, embora classificada como evento recorrente, historicamente impacta o resultado do BNDES de forma adversa, ora pela constituição de provisão em contextos específicos, ora pela reversão em virtude da recuperação de créditos. Visando possibilitar a análise desse impacto sobre o resultado recorrente da instituição, apresentamos também o lucro líquido recorrente ajustado pela PRC.

A tabela a seguir apresenta, de forma complementar, os itens não recorrentes líquidos dos efeitos tributários.

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro Líquido do período	11.713.556	5.308.479	24.615.500	15.116.080
(-) Eventos não recorrentes, líquidos de tributos	2.222.706	5.725.285	9.372.120	9.760.940
Alienações de Debêntures	-	2.150.995	-	2.150.995
Alienações de Participações Societárias	(4.642.236)	2.802.979	2.344.339	7.313.824
Resultado com Equivalência Patrimonial	(360.727)	1.487.024	660.178	1.418.262
Impairment de Ativos	1.885.076	(6.721)	1.880.522	(8.110)
Resultado com Derivativos	39.497	330.263	(124.897)	(52.135)
Outros Resultados com Participações Societárias ⁽¹⁾	6.118.435	(196.050)	5.986.941	(196.050)
Provisão para Contingências	(198.157)	(5.170)	(212.013)	(49.883)
Outras Despesas	355.144	(542.369)	(70.942)	(543.012)
Ajuste de Créditos Tributários ⁽²⁾	(974.326)	(295.666)	(1.092.008)	(272.951)
Lucro Líquido Recorrente do período	9.490.850	(416.806)	15.243.380	5.355.140
Provisão para Risco de Crédito (PRC)			(770.835)	(574.840)
Lucro Líquido Recorrente, ajustado pela PRC	9.490.850	(416.806)	14.472.545	4.780.300

⁽¹⁾ Em 2022 inclui o efeito da perda de influência significativa em JBS, no valor líquido de R\$ 5.823.910, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2.

⁽²⁾ Efeito de mudança na expectativa de realização das diferenças temporárias e eventual alteração de alíquota.

As políticas contábeis adotadas na apuração da demonstração do resultado recorrente são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

21. GESTÃO DE RISCOS

21.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e Compliance (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;

- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Appetite ao Risco do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos.

O gerenciamento de riscos no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

Compõem a estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; *Chief Risk Officer* (CRO); Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira (AF), responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) AIC, responsável por estimar o risco operacional que compõe a necessidade de capital; (iv) Área de Planejamento (AP), responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; (v) Unidade de Validação (UVAL/AIC), responsável pela elaboração do relatório de validação independente do ICAAP; e (vi) Área de Auditoria Interna (AT), que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar3/>.

21.1.1. Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Também é gerenciado o risco cibernético, que trata de risco de segurança da informação que envolve ativo de tecnologia da informação e que pode implicar em perdas resultantes de incidentes cibernéticos. Já o controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da Instituição, tendo grande importância na gestão destes riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

A mitigação dos riscos cibernéticos é realizada no âmbito das atividades conduzidas pela Gerência de Segurança da Informação, dentre as quais se destacam o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação. Todos esses processos são parte do Sistema de Gestão de Segurança da Informação e estão alinhados ao Plano Estratégico de Segurança da Informação. Este Plano, construído a partir de um diagnóstico que observou, entre outros aspectos, os riscos cibernéticos mais significativos no contexto do BNDES e a maturidade do Banco na adoção dos controles definidos em *frameworks* de mercado, em especial o CIS Controls, estabelece, além de objetivos, indicadores e metas para segurança da informação, as necessidades e as ações para seu atingimento. O aprimoramento e a ampliação da gestão de riscos de segurança da informação constituem uma das oito necessidades priorizadas no Plano.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Appetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de direcionar ações que incluem treinamentos, elaboração de guias e inserções na mídia interna, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 61.134.468, em 30 de junho de 2022. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2021, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 30 de junho de 2022, em contraste com o IE referente ao 2º semestre de 2018, que deixou de ser considerado no cálculo (a apuração da parcela considera os últimos 6 semestres). O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

21.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.876/2018 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações marcadas a mercado no Balanço Patrimonial da Instituição. A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,95, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	30/06/2022	31/12/2021
Juros	93.781	144.301
Câmbio	65.722	9.090
Ações	2.056.090	2.010.810
Efeito Diversificação	(35.752)	(139.132)
VaR total	2.179.841	2.025.069

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas metodologias para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A metodologia NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a metodologia EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas metodologias são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE), para 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Métrica	30/06/2022	31/12/2021
ΔEVE	2.469.891	9.153.054
ΔNII	2.669.381	923.129
IRRBB (Total)	2.969.381	1.502.515

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD}) e Parcela de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo a de risco de mercado (RWA_{MPAD}) e mensalmente o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) como uma combinação entre o EVE e o NII. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores do IRRBB são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA_{MPAD}	30/06/2022	31/12/2021
RWA_{JUR1}	1.241.192	498.658
RWA_{JUR2}	-	-
RWA_{JUR3}	1.189.660	1.430.217
RWA_{CAM}	54.049.684	19.550.496
Total parcela RWA_{MPAD}	56.480.536	21.479.371
IRRBB	2.969.381	1.502.515

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Os riscos de mercado oriundos da carteira cambial apresentaram um aumento no período analisado. Esse aumento se deve principalmente à inclusão de operações no escopo do FMM (Fundo da Marinha Mercante) e da carteira de empréstimos inadimplentes do FGE.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	(13.347.227)	4.838.134	43.141.393	60.821.617
Juros	TJLP	(7.261.020)	(18.759.344)	(5.546.955)	(13.808.548)
Juros	Prefixado	4.364.962	4.248.861	9.054.779	4.465.340
Juros	IGPM	698.190	709.163	759.257	768.979
Juros	IPCA	3.253.678	4.726.059	3.695.038	5.106.961
Juros	TR	(4.386.389)	(4.583.965)	(6.374.928)	(6.357.700)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(49.346)	(553.864)	82.939	(758.336)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	8.081.667	7.126.933	63.153.661	51.511.862
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	-	-	445.221	490.577
Preços	Opções de ações	147.470	147.911	552.761	683.389

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Resolução BACEN n.º 02/2020, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações do BNDES, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para o BNDES. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

BNDES					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	30/06/2022		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	46.688	(303.476)	(606.952)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(1.917)	(83.985)	(167.969)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(33.466)	(6.693)	(11.155)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(13.771)	(8.275)	(13.791)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(33.239)	(31.859)	(53.098)
Juros	TR	Alta TR	1.454	(18.023)	(36.046)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(698)	(8.142)	(16.284)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	989.458	(1.333.475)	(2.666.950)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotacões	-	(36.866)	(73.728)

BNDES					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/12/2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(18.361)	(75.327)	(125.545)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(68.096)	(188.194)	(376.387)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(32.401)	(6.480)	(10.800)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(4.617)	(6.063)	(10.104)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(12.238)	(34.762)	(57.937)
Juros	TR	Alta TR	(15.253)	(10.255)	(20.510)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.297)	(91.388)	(182.775)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	819.938	(1.175.944)	(2.351.888)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(36.976)	(73.949)

Consolidado					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	30/06/2022		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(150.908)	(784.725)	(1.307.874)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(1.464)	(64.159)	(128.318)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(69.423)	(13.885)	(23.141)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(14.975)	(8.998)	(14.997)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(37.748)	(36.180)	(60.300)
Juros	TR	Alta TR	2.113	(26.194)	(52.387)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	1.174	(10.948)	(18.247)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	7.393.514	(10.420.354)	(20.840.708)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(111.839)	(199.931)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(260.799)	(474.095)

Consolidado					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/12/2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(230.824)	(946.957)	(1.578.262)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(50.125)	(138.527)	(277.055)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(34.051)	(6.810)	(11.350)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(5.006)	(6.574)	(10.956)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(13.224)	(37.564)	(62.607)
Juros	TR	Alta TR	(21.155)	(14.223)	(28.446)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.776)	(125.125)	(250.251)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.871.630	(8.499.457)	(16.998.915)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(121.642)	(228.297)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(280.695)	(531.407)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Resolução BACEN n.º 02/2020, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem a percepção dos riscos de mercado do BNDES no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES, são apresentadas para fins de referência.

21.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Indicadores de Risco de Liquidez	30/06/2022 (nova metodologia)	31/12/2021 (nova metodologia)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	19,5	26,6
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	5,2	6,4
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,4	1,4

21.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen n.º 3.644/13¹ e n.º 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.668.019	396.137
Títulos e Valores Mobiliários	72.781.101	63.942.283
Repasse Interfinanceiros	77.690.148	78.561.707
Operações de Crédito	220.174.197	211.366.895
Outros Direitos a receber	3.444.400	1.308.108
Investimentos e Imobilizado de Uso	2.077.909	11.448.385
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	12.961.921	10.990.973
Créditos Tributários	7.810.090	11.245.396
Demais itens do RWA _{CPAD}	6.333.287	3.722.442
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	404.941.072	392.982.326

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/18 e n.º 4.995/22, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/18, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/22, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	30/06/2022	31/12/2021
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	23,7%	22,9%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	10,8%	14,0%

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

¹ A Circular BACEN n.º 3.644/2013 será revogada pela Resolução BCB n.º 229 de 12/05/2022 a partir de 01/01/2023.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	30/06/2022	31/12/2021
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	36.574.320	40.011.749
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	2.741.051	2.925.150
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	11.442.788	9.550.689
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.314.913	1.410.366
Total	52.073.072	53.897.954

⁽¹⁾ A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWA_{CPAD} . A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
<u>Mantidos até o vencimento</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	8.777.628	6.290.758
Operações de crédito	303.467.453	296.775.995
Repasse Interfinanceiros	160.083.912	162.498.232
Outros Créditos	5.152.869	1.664.265
<u>Negociação</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	99.696.498	67.721.578
<u>Disponíveis para venda</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	90.365.790	85.401.103
Compromissos a Liberar em até 360 dias	68.761.430	69.672.490
Total	736.305.580	690.024.421

21.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	30/06/2022	31/12/2021
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,5%	2,0%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,0%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,5%	10,0%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	7,0%	6,5%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,5%	8,0%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR - Consolidado	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	174.616.064	190.283.623
Nível I	137.740.776	148.140.436
Capital Principal	137.740.776	148.140.436
Patrimônio Líquido	129.328.027	126.997.024
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	22.038.976
Ajustes Prudenciais	(319.010)	(895.564)
Ágios Pagos	-	(587.408)
Ativos Intangíveis	(4.092)	(6.131)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(314.918)	(302.025)
Nível II	36.875.288	42.143.187
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	36.875.288	42.143.187

	30/06/2022	31/12/2021
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽²⁾	522.556.078	473.670.129
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	404.941.072	392.982.326
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	56.480.538	21.479.371
Risco operacional (RWA _{OPAD})	61.134.468	59.208.432
Risco Bancário (RBAN)	2.969.381	1.502.515
Total	525.525.459	475.172.644

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	41.804.486	37.893.610
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - Rban)	129.842.196	150.887.498
Adicional de Capital Principal (ACP)	13.064.626	9.474.223
ACP Conservação ⁽⁴⁾	13.063.902	9.473.403
ACP Contracíclico ⁽⁵⁾	724	820

Índices	30/06/2022	31/12/2021
Índice de Basileia (IB)	33,42%	40,17%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	26,36%	31,28%
Índice de Capital Principal (ICP)	26,36%	31,28%
Razão de Alavancagem (RA)	16,51%	17,79%

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 30/06/2022 correspondem à aplicação do limitador de 70% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018 (em 31/12/2021, aplica-se o limitador de 80%).

⁽²⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

⁽³⁾ O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁴⁾ Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2% ao montante RWA em 31 de dezembro de 2021; e de 2,5% a partir de 1º de abril de 2022.

⁽⁵⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o Patrimônio de Referência do Conglomerado reduziu em R\$ 15,7 bi, devido a: liquidação de Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal (IECP), a queda no valor do Ajuste a Valor de Mercado (AVM) e ao pagamento de dividendos complementares, compensada em parte pelo resultado no período.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram um crescimento de R\$ 48,9 bi (10,3%), principalmente devido ao aumento da parcela RWA_{MPAD} e do RWA_{CPAD}. O incremento do RWA_{MPAD} deve-se ao aumento da parcela do RWA_{CAM}, no valor de R\$ 34,5 bi.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos mantidos em disponibilidade ou aplicados em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, além de outros ativos.

Valores aplicados	30/06/2022	31/12/2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	22.641.091	24.790.102
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	779.262	880.539
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.756.872	1.703.358
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1.997.570	1.921.880
FA - Fundo Amazônia	3.738.321	3.583.826
FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	637.553	634.230
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	251.757	240.908
FAT-DE- Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	6.093.682	6.641.264
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	4.858	3.945
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos ⁽¹⁾	1.467.640	1.409.496
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito ⁽¹⁾	20.431.764	21.034.328
Total	59.800.370	62.843.876

⁽¹⁾ O FGI é apresentado no grupo de Fundos com valores mantidos ou aplicados no BNDES dado que a maior parte dos recursos é aplicado no BNDES, em operações compromissadas. A gestão dos recursos financeiros do FGI é de responsabilidade do BNDES e a parcela não aplicada no BNDES continuou aplicada no Banco do Brasil.

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	30/06/2022	31/12/2021
FGE	41.729.443	41.343.664
FGPC	67.209	63.000
Total	41.796.652	41.406.664

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	183.366	184.040	380.956	333.331
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	-	1.463	600	2.304
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	2.611	3.864	7.153	5.278
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	21	15	41	28
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	52.263	51.610	103.838	102.587
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	3.890	3.621	7.655	7.251
FND – Fundo Nacional de Desestatização	-	15.027	14	15.027
Total	242.151	259.640	500.257	465.806

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 30 de junho de 2022 e no ano de 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

22.3. Transações não envolvendo caixa

Durante o 1º trimestre de 2022, a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na coligada JBS, passando a tratar esse investimento como instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Tal reclassificação gerou um ganho no resultado de R\$ 8.824.107, decorrente da mensuração inicial do investimento a valor justo e da transferência do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas (reconhecido até então no patrimônio líquido). As informações acerca desta operação estão descritas na Nota Explicativa n.º 9.

No âmbito da operação de Oferta Pública de Ações da Eletrobras, o Sistema BNDES assinou contrato de Empréstimo de Ações em que emprestou pelo período de até 30 dias 104.621 mil ações ordinárias da Eletrobras não alocadas na Oferta, sendo 32.665 mil ações emprestadas pelo BNDES e 71.956 mil ações pela BNDESPAR. Em 30 de junho de 2022, tais ações estão apresentadas na linha “Operações de crédito” do balanço patrimonial, mensuradas pelo valor justo de R\$ 4.820.960 no consolidado (R\$ 1.505.207 no BNDES). As informações acerca desta operação estão descritas na Nota Explicativa n.º 6.6.

No mesmo período de 2021, não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

22.4. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa n.º 15), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

22.5. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes/>

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Empréstimo de Ações da Eletrobras referente à Oferta Pública

Em 05 de julho de 2022, 104.621 mil ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) retornaram ao Sistema BNDES, sendo 32.665 mil ações do BNDES e 71.956 mil ações da BNDESPAR, após empréstimo firmado em 9 de junho ao Agente Estabilizador da Oferta, no âmbito da operação de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de ações da Eletrobras (ELET3). Vide Nota Explicativa n.º 6.6.

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 28 de julho, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 6,732003 por ação preferencial e ordinária, da seguinte forma: (i) R\$ 3,909190 por ação referente a antecipação da remuneração aos acionistas relativo ao exercício de 2022 (dividendos intercalares); e (ii) R\$ 2,822813 por ação à conta de reserva de retenção de lucros constantes do exercício de 2021 (dividendos intermediários). A data de corte será 11 de agosto de 2022 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 12 de agosto de 2022.

O pagamento será realizado em duas parcelas iguais, sendo que a primeira, no valor de R\$ 3,366002 por ação, a ser paga em 31 de agosto de 2022 sob a forma de dividendos (R\$ 2,938861) e juros sobre capital próprio (R\$ 0,427141) e a segunda em 20 de setembro de 2022 integralmente sob a forma de dividendos.

Considerando a destinação proposta, o Sistema BNDES registrou em julho de 2022, como dividendos e juros sobre capital próprio a receber, o montante bruto de R\$ 6.971 milhões, sendo R\$ 911 milhões ao BNDES e R\$ 6.060 milhões à BNDESPAR.

24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o(a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

26.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	n.º 6 e 7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	n.º 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	n.º 7
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 15
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 16
Benefícios a empregados	n.º 17

26.5. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com a definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. Historicamente, a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída pelo BNDES de acordo com a classificação de risco de suas operações se mostrou suficiente para cobrir as perdas esperadas com a carteira de crédito.

26.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001. As classificações são em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os critérios de reconhecimento de perda permanente previstas no artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001 não se aplicam a algumas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de “títulos disponíveis para venda”, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.175/2012.

Na análise de perda permanente em ações classificadas na categoria “títulos disponíveis para venda”, o BNDES avalia o declínio significativo ou prolongado no valor justo dos instrumentos por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos. Os parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do Sistema BNDES e principalmente o perfil de sua carteira de participações societárias, compatíveis com seu papel institucional. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
 - investimentos fixos;
 - capital de giro;
 - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
 - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
 - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.

- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN n.º 3.082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas ao período findo em 30 de junho de 2022 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e os outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 7.1.

26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR, que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante, por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de até 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo são creditados diretamente no resultado do período.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando apurado na aquisição de coligada pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é parte integrante do investimento. Os ágios cujos fundamentos econômicos não são identificados são amortizados integralmente.

26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas - consolidado

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como “Disponível para Venda” pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para o ativo em questão ou idênticos a ele, que se possa ter acesso na data da mensuração. Aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado para: a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos que apresentam perda de caráter permanente. Para tal a Administração baseia-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, e da avaliação do caráter permanente da perda.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações”, na categoria “Disponível para Venda” e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica “Participação em Coligadas”.

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa n.º 6.6.

26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

26.10 Operações Compromissadas

26.10.1 Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

26.10.2 Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

26.10.3 Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

26.11. Instrumentos Financeiros Derivativos

26.11.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

26.11.1.1. Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações principalmente com os seguintes contratos futuros negociados na B3: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

26.11.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar as exposições cambiais e de taxas de juros de ativos e passivos.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.11.2. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.12. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

26.14. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

26.15. Benefícios a empregados

26.15.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 30/06/2022.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 30/06/2022 era de R\$ 7.087,22 (sete mil, oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e

- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 20/06/2022, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,67% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 30/06/2022 a 5,89% ao ano, representando aumento de 0,22 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, que substitui as Resoluções CNPC n.º 29/2018 e n.º 37/2020, com efeito a partir de 01/09/2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

26.15.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 30 de junho de 2022, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio de 2022 e atualizada até 30 de junho de 2022, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

26.15.3. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

26.15.4. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.16. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Financiamentos”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Financiamentos”: financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como “Não Alocado” são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

26.17. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

26.17.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate - Libor*), a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, a *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), a *Euro Short-Term Rate* (ESTR), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu, ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

26.17.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

26.18. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 20% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. Dessa forma, o crédito tributário diferido a ser realizado foi constituído já considerando a alíquota vigente de 20%, em aderência a Resolução CMN nº 4.842/2020.

26.19. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico.

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil
Praticamente certo	Registro do direito a receber
Provável	Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas

Risco de saída de recursos	Reflexo contábil
Provável	Provisão integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
Possível	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remoto	Sem reflexo contábil

26.20. Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas se baseia na mesma metodologia de classificação de risco utilizada pelo BNDES para as operações de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1.999 – CMN. Nesse sentido, é utilizada a escala de nove níveis de risco de “AA” a “H”, bem como as proporções mínimas de provisão associadas a cada um deles.

Para fins de constituição da provisão das operações, inclusive para garantias prestadas, são considerados, conforme julgamento da Administração, seus riscos específicos, dos clientes e da conjuntura econômica. Em consonância com a Resolução CMN nº 4.512/2016 – CMN, é feita reavaliação mensal das provisões constituídas.

26.21. Patrimônio Líquido

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR e FINAME, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

26.22. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2022 e 2021 foram:

	2022		2021	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	15.214.608	50%	9.495.345	61%
BNDESPAR	13.372.690	44%	4.030.493	26%
FINAME	1.816.747	6%	2.047.319	13%
Total do Sistema	30.404.045		15.573.157	

26.23. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes

A Resolução BCB n.º 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Walter Baere de Araújo Filho - Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitiz

Fábio de Barros Pinheiro

Heloisa Belotti Bedicks

João Laudo de Camargo

Joisa Campanher Dutra Saraiva

Marcelo Pacheco dos Guaranvs

Pedro Maciel Capeluppi

Sônia Aparecida Consiglio

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente

Marília Moreira Garcez

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

Paula Bicudo de Castro Magalhães - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Bruno Caldas Aranha

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Francisco Lourenco Faulhaber Bastos Tigre

Marcelo Sampaio Vianna Rangel

Ricardo Wiering de Barros

Rodrigo Donato de Aquino

Solange Paiva Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patricia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva

CRC RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2, 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), identificadas como BNDES e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 30 de junho de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Conforme Notas Explicativas nº 5.6 e 26.5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo.</p> <p>O BNDES aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.</p> <p>A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do BNDES, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas de crédito dessas carteiras.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> — avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco (“ratings”) e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros; — avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo BNDES, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19; — avaliação, com base em amostragem, se o BNDES atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros; — avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.</p>

2 – Títulos e valores mobiliários

Conforme Notas Explicativas nº 6 e 26.6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações sobre esses saldos de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários divulgadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Para os instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para mensurar esses valores.</p> <p>Adicionalmente, os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, o que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação.</p> <p>Desta forma, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> — avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; — para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados; — recálculo, por amostragem, do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento”; e — avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.</p>

3 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 17 e 26.15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> — avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados; — avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e — avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva do BNDES, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo BNDES, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 10 de agosto de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria executiva do BNDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2